



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITARIA DE PARANAÍBA
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA – PROFSOCIO

**AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS CRÍTICAS
E SOCIOLÓGICAS NO ENSINO MÉDIO**

JOÃO GILBERTO FONSECA DE MACEDO

PARANAÍBA – MS
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITARIA DE PARANAÍBA
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA – PROFSOCIO

**AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AS PERSPECTIVAS
CRÍTICAS E SOCIOLÓGICAS NO ENSINO MÉDIO**

Material desenvolvido como intervenção pedagógica e requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em Sociologia no Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade de Paranaíba – MS, sob orientação do professor doutor Ailton de Souza

Composição da banca de qualificação:

Orientador:

Dr. Ailton de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Membro Externo

Dr. Carlos Augusto Sant’Anna Guimarães

Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj

Membro Interno

Dr. Rogério da Palma.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Suplente Interno

Dr. Sinomar Ferreira do Rio

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

PARANAÍBA – MS/2025

Suplente Externa

Dra. Patrícia Aparecida Benedita Braga

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Página da ficha catalográfica

BANCA EXAMINADORA

**AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENÁVEL: PERSPECTIVAS CRÍTICAS
E SOCIOLÓGICAS NO ENSINO MÉDIO**

Orientador:

Dr. Ailton de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Membro Externo

Dr. Carlos Augusto Sant’Anna Guimarães

Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj

Membro Interno

Dr. Rogério da Palma.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

PARANAÍBA – MS/2025

*Não consigo ir além do teu olhar
Tudo que eu consigo é imaginar
A riqueza que existe dentro de você*

*O ouro eu consigo só admirar
Mas te olhando eu posso a Deus adorar
Sua alma é o bem que nunca envelhecerá*

*O pecado não consegue esconder
A marca de Jesus que existe em você
O que você fez ou deixou de fazer
Não mudou o início, Deus escolheu você*

*Sua raridade não está naquilo que você possui
Ou que sabe fazer
Isso é mistério de Deus com você*

*Você é um espelho
Que reflete a imagem do senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer o seu valor*

*Você é precioso
Mais raro que o ouro puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar
Se o mundo te fizer cair*

*O ouro eu consigo só admirar
Mas te olhando eu posso a Deus adorar
Sua alma é o bem que nunca envelhecerá*

O pecado não consegue escond Você é um espelho
Que reflete a imagem do senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer o seu valor

Você é precioso
Mais raro que o ouro puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar
Se o mundo te fizer cair

er
*A marca de Jesus que existe em você
O que você fez ou deixou de fazer
Não mudou o início Deus escolheu você*

*Sua raridade não está naquilo que você possui
Ou que sabe fazer
Isso é mistério de Deus com você*

*Você é um espelho
Que reflete a imagem do senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer o seu valor*

*Você é precioso
Mais raro que o ouro puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar
Se o mundo te fizer cair*

(FREIRE, 2013)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, em nome de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, por ter me sustentado nessa jornada.

A minha amada esposa, Catia Simões, pelo constante apoio e presença em todos momentos, amo-te!

A minha família, minha mãe, Edina Aparecida Vieira Fonseca de Macedo e meu pai João Carlos Ferraz de Macedo, por tudo que sou, fruto de uma educação pautada em ensinamentos, apoio, incentivo e amor incondicional.

A minhas princesas, que são presentes de Deus, Ana Cecília e a Maria Alice.

A minha irmã Carla Maria Fonseca de Macedo, companheira.

Ao meu professor e orientador doutor Ailton de Souza, um mestre que me deu esta oportunidade, direcionou caminhos e compartilhou conhecimentos.

A todos profissionais que tiveram participação nesse processo e docentes do Mestrado ProfSocio em Sociologia.

A minha Escola Estadual Manoel Garcia Leal, em nome da Diretora Adriana, e do diretor adjunto Diego Encarnação, e da Coordenadora Pedagógica Carina Maciel, que juntos propiciaram terreno fértil para realização do projeto.

A célula, Adoradores, pelos meus líderes Frederico e Tairê e a cada irmão desse grupo, que ao meu lado esteve em oração, fortalecendo-me nesse processo.

Agradeço a Deus pela minha profissão, amo ser professor, como dizia Paulo Freire: “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (1996).

RESUMO

O presente texto aborda uma prática de intervenção pedagógica aplicada na Escola Estadual Manoel Garcia Leal no município de Paranaíba-MS. Proposta que foi realizada com base nos estudos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito do ensino, visando provocar mudanças nos sujeitos envolvidos no sentido de compreender a proposta da Agenda 2030 para o mundo e a importância de debater os ODS num espaço escolar. A intervenção teve como objetivo alcançar em alguma medida o nível de consciência dos estudantes envolvidos, demonstrando e buscando colaborar com a apropriação dos conceitos trabalhados e o sentimento de pertença à medida que se envolvessem com as demandas da Agenda 2030 e principalmente compreendessem e estimulassem o debate coletivo entre todos os participantes da proposta. Para atingir o objetivo apontado, no percurso que precede a intervenção, foi realizado um estudo que permitiu um alinhamento com o Projeto Pedagógico da escola, Base Nacional Comum Curricular e Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul com o estudo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Identificado esse alinhamento, a sociologia como componente curricular foi entendida como visor para compreender o desenvolvimento e suas consequências e demandas na sociedade. Esse cenário de elementos criou um terreno propício a desenvolver a pesquisa de intervenção de forma que os objetivos fossem atingidos e permitisse um processo evolutivo. Nesse processo percebe algumas questões que conduzem à reflexão, avaliação e direciona ações futuras. Foi necessário trazer elementos nas discussões que provocassem nos estudantes uma postura frente a cada debate, que resultasse não apenas no conhecimento dos temas em estudo, mas da concepção que cada Objetivo de desenvolvimento Sustentável diz sobre a sociedade que o sujeito está inserido e que o posicionamento crítico e consciente reforça debates e políticas voltadas a essas demandas.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 – Sociologia - Educação

ABSTRACT

This text addresses a pedagogical intervention practice applied at the Manoel Garcia Leal State School in the municipality of Paranaíba, Mato Grosso do Sul. The proposal was based on studies of the Sustainable Development Goals (SDGs) in the field of education, aiming to bring about changes in the individuals involved in order to understand the proposal of the 2030 Agenda for the world and the importance of discussing the SDGs in a school setting. The intervention aimed to raise the level of awareness of the students involved, demonstrating and seeking to collaborate with the appropriation of the concepts worked on and the feeling of belonging as they became involved with the demands of the 2030 Agenda and, above all, understood and stimulated collective debate among all participants in the proposal. To achieve the stated objective, in the period preceding the intervention, a study was carried out that allowed for alignment with the school's Pedagogical Project, the National Common Core Curriculum, and the Mato Grosso do Sul Reference Curriculum with the study of the Sustainable Development Goals. Once this alignment was identified, sociology as a curricular component was understood as a lens for understanding development and its consequences and demands on society. This scenario created fertile ground for developing intervention research in a way that would achieve the objectives and allow for an evolutionary process. In this process, some issues arise that lead to reflection, evaluation, and guide future actions. It was necessary to bring elements into the discussions that would provoke students to take a stance on each debate, resulting not only in knowledge of the topics under study, but also in an understanding of what each Sustainable Development Goal says about the society in which the subject is inserted, and that critical and conscious positioning reinforces debates and policies focused on these demands.

Keywords: Sustainable Development Goals (SDGs) – 2030 Agenda – Sociology - Education

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 01 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1, 2, 3 e 4	25
QUADRO 02 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 6, 7, 8, 9 e 10	28
QUADRO 03 - Objetivos do Desenvolvimento sustentável 11, 12, 13, 14 e 15	31
Quadro 04 - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 16 e 17	33
QUADRO 05 - Avanços e retrocessos na implementação dos OD	36
TABELA 1- 1.2.1 Objetivos de aprendizagem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	60
QUADRO 06 - 1.2.1a Tópicos sugeridos para os Objetivos de Desenvolvimento sustentável	62
QUADRO 07 - 1.2.b Exemplos de abordagens e métodos de aprendizagem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	63

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Apresentação projeto aos estudantes	75
Imagem 2 - Palestra com professora da UEMS.....	76
Imagem 3- Estudo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	78
Imagem 4 - Estudo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	78
Imagem 5 - Visita na Câmara de Vereadores de Paranaíba/MS	80
Imagem 5 - Visita na Prefeitura Municipal de Paranaíba- MS	80
Imagem 6 - Mosaico: folheto informativo 1ª Reunião com os estudantes do Projeto Agente Estudantil do Milênio	81
Imagem 7 - Capa do PodCast	82

SIGLAS

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU - Organização das Nações Unidas

FMI - Fundo Monetário Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMM - Organização Meteorológica Mundial

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

EDS - Educação para o Desenvolvimento Sustentável

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

APM - Associação de Pais e Mestres

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ELPS - Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

PNAE- Programa de Alimentação Escolar

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

PNAE - Programa de Alimentação Escolar

SED - Secretaria de Estado de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A AGENDA 2030 E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20
2. SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ALGUNS CENÁRIOS	39
3. O CONTEXTO ESCOLAR E OS PROCESSOS PEDAGÓGICOS DA ÁREA DE SOCIOLOGIA E HUMANIDADES NO ENSINO MÉDIO EM PARANAÍBA - MS	49
3.1 O contexto da Escola Estadual Manoel Garcia Leal	49
3.2 Sociologia na Educação Básica	53
3.3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto escolar	57
3.4 Desafios da educação brasileira para implementar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....	68
3.5 A Pesquisa de intervenção na Escola Estadual Manoel Garcia Leal	71
3.6 Descrevendo o percurso de intervenção	73
3.6.1 Breve relato da intervenção nas atividades de sala de aula.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS.....	90

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é fruto de acordos globais, que entraram em vigor dia 1 de janeiro de 2016, prevendo ações diversas a partir de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para sociedade global até 2030. Estes objetivos dão continuidade aos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que orientaram, entre os anos 2000 e 2015, ações globais para abordar, sobretudo, as necessidades e demandas básicas dos países mais pobres do mundo. No entanto, os ODS se diferenciam dos ODM sendo mais abrangentes e tocando temas e demandas ainda mais aprofundadas em diversas searas. Neste sentido, os ODS cobrem um maior número de lacunas, respondendo problemas emergentes e buscando dar respostas mais efetivas á diversas questões.

Tal cenário se coloca como um ponto interessante, no sentido a entender como esse debate está chegando na educação ou, do ponto vista prático, como pode ser associado, debatido e inseridos ao conteúdo pedagógico em diversas disciplinas do ensino médio e fundamental. É justamente frente a este campo de abordagem, que aventamos a possibilidade de uma intervenção pedagógica, focando nesta discussão e operando as temáticas do ODS no plano educacional junto aos alunos do ensino médio. Para tanto, realizamos oficinas e encontros tendo como eixo principal o campo sociológico, o desenvolvimento e a educação. A partir deste escopo, nosso objetivo nesta proposta de intervenção foi de propiciar através de uma maior interação entre a universidade e a comunidade uma abordagem instrutiva e participativa com os estudantes do ensino médio de forma a leva-los a uma formação consciente, que os conduzam a participação e posicionamento frente as demandas trazidas na Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ou posto de outro modo, colaborar com o desenvolvimento de uma maior consciência dos estudantes envolvidos, demonstrando e buscando colaborar com a apropriação dos conceitos trabalhados e o sentimento de pertença à medida que se envolvem com as demandas da Agenda 2030 e principalmente ampliando o debate coletivo entre todos os participantes da proposta. Para desenvolver este estudo estabeleceu-se como espaço educacional, a Escola Manoel Garcia Leal, localizada no município de Paranaíba, região Leste de Mato Grosso do Sul.

Em face a este objetivo mais geral, nossos objetivos específicos se focaram no envolvimento dos discentes em palestras temáticas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; discussão dos diversos cenários internacionais, nacionais, regionais e locais, bem como das ações de cada um dos objetivos e suas metas no âmbito brasileiro; fomento a maior interação com discentes e professores através de conhecimentos sociológicos, filosóficos e humanistas; estabelecimento de exercícios e ações práticas com alunos e professores envolvidos através de atividades individuais e práticas; bem como no âmbito do envolvimento a atividades de visitação de órgãos públicos que possibilitasse uma maior conexão entre os alunos e professores com os representantes de órgãos públicos locais, tais como a Câmara e Vereadores, Prefeitura Municipal, dentre outros.

É importante frisar aqui que a presente proposta de trabalho nasceu a partir de um projeto de pesquisa há dois anos atrás, quando resolvi desenvolver um projeto na escola onde lecionava, a Escola Estadual Manoel Garcia Leal, nas turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Havia uma necessidade em mim enquanto professor, de propor ações de ensino mais inovadoras e que pudessem agregar às aulas, contextos relevantes da atualidade e tornasse o processo de aprendizagem mais dinâmico e interessante.

A partir desta intenção, busquei contatos com professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, para tentar desenvolver um projeto em parceria, o que aconteceu alguns meses depois, a partir da realização de um convênio entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a escola Manoel Garcia Leal. Diante disso, eu percebi a oportunidade de colocar em prática as ações almejadas para proporcionar um ensino voltado a ações que poderiam tornar o ensino de sociologia mais significativa. Somado a essa intenção, havia também o desejo de incentivar os estudantes a terem um primeiro contato com a Universidade, bem como, de iniciarem pesquisas e principalmente despertar seus interesses sobre os temas sociais e problemáticas inerentes às cidades, e sua própria localidade.

Em relação a Escola Estadual Manoel Garcia Leal, a mesma é localizada no bairro Industrial de Lourdes em Paranaíba – MS, e atende crianças e adolescentes em geral filhos de trabalhadores, alguns em situações de vulnerabilidade, muitos incluídos em programas sociais do governo. Há, no entanto, um contexto social diversificado na clientela atendida pela escola.

Além disso, a Escola Estadual Manoel Garcia Leal apresenta hoje uma estrutura considerada de qualidade para atender os estudantes, tanto na estrutura física e material, como também no aspecto humano, profissional. A escola, em anos anteriores, já carregou o rótulo de violência devido a constantes conflitos entre estudantes, que muitas vezes foi necessária a presença de polícia, e em alguns casos, violência contra professor. Casos que obviamente são a realidade de diversas escolas do país, visto que a violência no âmbito sociológico é algo inerente na nossa sociedade e deve ser tratado de modo adequado, preservando os anseios democráticos, éticos e de proteções, sobretudo, de Jovens e Adolescentes. Ademais, o bairro onde está localizada também já recebeu, em épocas anteriores, esse mesmo rótulo, justificado também pela frequência de conflitos. Embora esse histórico pertence ao passado, mas enquanto professor da mesma, sinto que a população ainda julga a escola atual com resquícios dessa violência.

No entanto, a partir deste contexto, com o início do Programa de Mestrado Profissional em Sociologia - ProfSocio, busquei conectar o início do projeto com uma proposta para mestrado profissional e ao ter êxito no processo seletivo, passei a aplicar o projeto nas aulas, a partir de uma proposta de intervenção pedagógica.

Em todo caso, essa abordagem se justifica por diversos motivos. Dentre os quais, da necessidade da maior articulação da educação com os propósitos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que envolvem diferentes áreas e possibilita uma discussão no campo educacional de forma mais ampla, área que, notadamente, ainda é carente de abordagens desta natureza. Nesse sentido, o Mestrado Profissional de Sociologia (ProfSocio) oportuniza essa discussão mais ampla. Além disso, pela necessidade de expandir e proporcionar aos alunos um melhor conhecimento das demandas que afetam toda sociedade, incluindo a realidade local, é de suma importância para sociedade. Neste contexto, a ideia foi de poder provocar um despertar à nova geração, a partir de ações que permitissem que os jovens pudessem perceber que os problemas nem sempre são exclusivos de outros municípios ou países, mas também do próprio entorno. Desta forma, apresentar iniciativas que permitam além do conhecimento, a postura de cidadão participativo e um maior envolvimento com causas que afetam a sociedade.

Considerando as diferentes perspectivas desta proposta, adotamos como métodos predominantes, visando dar cabo às nossas intenções de pesquisa, o levantamento de dados da escola, bem como de informações sobre a temática, fazendo inclusive uso de uma revisão bibliográfica, e principalmente a partir do desenho e aplicação de uma

proposta de intervenção pedagógica. Face ao exposto, no que tange às diretrizes éticas de pesquisa, vale considerar que ainda na fase de projeto que a proposta que deu origem a esta pesquisa teve como autorização legal o órgão interno da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul – SED, através da Coordenadoria Regional da Educação – CRE, conforme Comunicação Interna Circular nº 11141/2025/SED/COMESP¹.

Já que no que tange ao método adotado, como antecipado, adota-se a prática de intervenção pedagógica,. Acerca deste tipo de abordagem, cabe primeiramente melhor explicitar que conforme Damiani (2013, p.58), as intervenções pedagógicas “são investigações que envolvem o planejamento e a implementação de interferências (mudanças, inovações), destinadas a produzir avanços, melhorias, nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam”.

Tal concepção se alinha no âmbito da metodologia de pesquisa com as características típicas de pesquisa participante. Todavia, nestas, os pesquisadores buscam captar informações diante do processo dialógico e na intervenção pedagógica, os resultados são devolvidos aos objetos da pesquisa de maneira basicamente imediata. Pautado nessa metodologia, o estudo com os dezessete objetivos da ODS foi desenvolvido com a intencionalidade de provocar interação e maior consciência sobre os mesmos, no sentido de o sujeito se enxergar como cidadão transformador na sua própria realidade, atuando como agente fiscalizador e colaborador, que conhece e atua sobre a temática da sustentabilidade.

Embasados na pesquisa de intervenção, o percurso metodológico deu-se a priori, por ações voltadas a apropriar e compreender os documentos que regem as ações voltadas a ensinar crianças e adolescentes nesse espaço escolar. Não teria como iniciar uma pesquisa de intervenção sem antes fazer uma leitura detalhada de normativas, projetos e currículos e identificar o alinhamento desses documentos com os objetivos da proposta.

Essa análise aconteceu não no sentido de identificar falhas ou lacunas que impediria ou omite uma educação voltada a temas da Agenda 2030, mas sim, no sentido de identificar pontos de intersecção, pontos comuns que possibilitam e instigam explorar esse tema e conduzir um ensino que provoque a leitura crítica, a argumentação e o posicionamento. Iniciou pela leitura do Projeto Pedagógico (PP), pois esse documento é

¹ É importante mencionar, que em virtude desta autorização expressa que envolve o respeito a questões éticas e de proteção aos direitos da criança e ao adolescente, tal qual preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, não prosseguimos com as prerrogativas ligados aos Comitê de Ética da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, visto entendemos ser inviável pelo prazo disponível.

o que traz a identidade da escola, ele é único em cada escola, apresenta o que a escola entende por missão, valores e o perfil de cidadão que pretende formar, além de fazer um desenho detalhado sobre a escola e seu funcionamento. Ao debruçar sobre o PP da escola como pesquisador e com a intenção de identificar elementos que contribuiriam com a pesquisa, acontece uma leitura diferente de apenas enquanto professor. A diferença está em reconhecer possibilidades, pontos de intervenção.

De modo semelhante foi realizado o estudo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul. Esse estudo acrescenta no sentido de identificar o alinhamento das competências e habilidades com a proposta e objetivos da pesquisa. Identificar esse alinhamento possibilita o planejamento de cada ação, a abordagem sobre cada tema e quais questionamentos devem ser despertados em cada encontro e estudo com os estudantes.

De forma semelhante, buscou-se compreender a sociologia no contexto da educação. A sociologia entra na educação básica com diferentes momentos e concepções, na análise do currículo fica evidente que ela ainda está nessa construção, fato observado mediante a falta de habilidades específicas de sociologia no currículo. Há competências e habilidades gerais nas áreas de humanas que atendem, de certa forma, a intencionalidade do ensino de sociologia.

Ao mesmo tempo que essas leituras e estudos eram realizados, acontecia a investigação sobre o que se tem de proposta para uma educação sobre desenvolvimento sustentável. Nessa investigação, a maior aliada são fontes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse ponto nota-se que o debate da Agenda 2030 e suas demandas não assumem um papel protagonista no cenário da educação.

Fundamentados na BNCC, no Currículo, no Projeto Pedagógico da escola, na discussão política e social dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, entendendo a sociologia como um visor que possibilita entendermos o desenvolvimento e suas consequências e demandas sociais, arriscamos numa proposta de ensino que tem como diferencial, despertar a consciência e o sentimento de pertença sobre questões que compete a toda sociedade ter participação de forma direta ou indireta e principalmente, acreditar que há um projeto de vida sustentável e inclusiva pra todos indivíduos.

Nessa proposta há uma linha tênue entre proporcionar um ensino que também provoca transformações atendendo as competências e habilidades trazidas nos

documentos que orientam as ações de ensino da instituição e uma ação, que de fato realize a intervenção, que se estabeleça num processo que o ambiente e as pessoas ali envolvidas tenham configurações diferentes no momento inicial da pesquisa e em momentos posteriores, durante o desenvolvimento da pesquisa. O produto esperado dessa intervenção é o sujeito, o estudante num nível de compreensão, de debate e de participação a ponto de refletir no coletivo que ele está inserido.

É a partir de todo este campo de análise que organizamos cada capítulo desta proposta de dissertação de intervenção pedagógica. Organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo será apresentada a agenda do desenvolvimento a partir dos organismos multilaterais e o percurso histórico dos debates e acordos mundiais sobre temas que estão na Agenda 2030. Neste capítulo também é apresentado os ODS, os quais foram organizados em quadros conforme eixos e demandas que apresentam certos aspectos em comum.

Já no segundo capítulo será abordado a parte histórica da sociologia do desenvolvimento, e qual a importância de se falar em desenvolvimento sustentável a partir da sociologia. Pois esse conceito antes era só utilizado na área da economia, mas agora com a importância do tema, vem sendo utilizado com outras áreas de conhecimento, como por exemplo: ciência política, antropologia, história, geografia, sociologia, economia e filosofia.

O terceiro capítulo aborda-se a sociologia no ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul. Aqui destaca-se a Escola enquanto *locus* da pesquisa, a análise do Projeto Político Pedagógico, da BNCC e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul e por fim, as ações desenvolvidas no espaço escolar, bem como apresentamos como se deu as intervenções realizadas no colégio.

Os três capítulos trazem o recorte de um projeto que ainda está ativo na escola, justamente por entender que o processo de intervenção, conforme desenhado aqui, é constante e profícuo. A intervenção gerou frutos, gerou material para a presente dissertação e principalmente colabora com um novo entendimento de como o ensino da sociologia pode contribuir com estudos voltados a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Após essa linha de abordagem, tecemos nossas considerações finais.

CAPÍTULO 1- AGENDA 2030 E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentamos neste capítulo uma abordagem sobre a agenda do desenvolvimento na perspectiva dos organismos multilaterais. A partir desta perspectiva, entendemos que algumas questões merecem ser respondidas, como, por exemplo, o que são os organismos multilaterais? E qual a função deles? Entre outros questionamentos. Ademais, pode-se pensar porque nos últimos anos, diversos desses órgãos estão em evidência e são falados constantemente, em todos os aspectos, sobretudo, no que tange as conferências sobre o clima e envolvendo o aquecimento global.

A agenda 2030 e a perspectiva para o desenvolvimento sustentável

Em relação a questão, o que são os organismos multilaterais, pode-se dizer que os mesmos são entidades formadas por três ou mais países que trabalham em conjunto para resolver problemas comuns ou criar condições favoráveis para todos os membros. São também chamados de organizações internacionais ou instituições multilaterais. (SHIROMA; EVANGELISTA, 2019).

Os organismos multilaterais são criados por meio de tratados ou acordos, e têm como objetivo incentivar a cooperação entre os seus membros para atingir objetivos comuns. Alguns exemplos de organismos multilaterais, segundo Bertot, Scaff e Souza (2023) seriam: Organização das Nações Unidas (ONU); Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE); Banco Mundial; Conselho de Estabilidade Financeira; G20; Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (Unesco); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Historicamente, após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a ONU foi criada e dois anos depois iniciou-se a Guerra Fria, em 1947, quando dividiu o mundo em dois lados, ou superpotências. De um lado, Estados Unidos, liderando o bloco capitalista, e de outro, a URSS, liderando o Socialismo, e, por consequência dessa guerra Fria, houve o processo da Globalização facilitado pelo avanço da Internet e dos chamados Blocos Econômicos. A Guerra Fria emerge após a Segunda Guerra Mundial como elemento

condicionante das percepções que teriam fortes influências nas relações internacionais. (SATO, 2000)

Ainda de acordo com a autora citada, o fim da Guerra Fria marca as mudanças importantes na forma de ver e conduzir a política internacional, caracterizando assim, não como um episódio, mas como parte de um processo de mudança.

O fim da Guerra Fria teve um papel importante na mudança da agenda internacional. A mudança não apareceu de modo tão evidente na composição dessa agenda, mas sim no grau de importância atribuída às diversas questões. Isto é, a maioria das questões integrantes dessa agenda já existia, no entanto, a maneira pela qual essas questões passaram a ser percebidas é que sofreu transformações significativas com o fim da Guerra Fria. (SATO, 2000, p.142)

Com base nos estudos de Sato (2020), pode-se afirmar que a partir do fim da Guerra Fria, temas tratados em agendas internacionais passam a ter novo trato nas próprias relações internacionais. As questões ligadas ao meio ambiente, educação, saúde, sustentabilidade, vulnerabilidade, direitos humanos são temas que passam por esse novo tratamento.

Nesse viés de discussão, o entendimento sobre desenvolvimento também assume novos formatos. Olsson e Stecanella (2022) traz em seu artigo sobre pesquisa e desenvolvimento tecnológico sob um olhar da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), uma concepção pautada em outros autores - Morin, Kern, Colegare e Silva Júnior (2011), uma definição sobre desenvolvimento que aproxima das discussões sobre Desenvolvimento Sustentável. Nesse artigo, a autora pontua que o entendimento de tal conceito deve ser multidimensional, cultural e civilizacional, além da questão puramente econômica.

Deve romper com a concepção do progresso como certeza histórica para compreender que nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre, porque ele sofre ataque do princípio da degradação e precisa ser sempre regenerado. Nesse sentido, o desenvolvimento é a apropriação plena dos direitos humanos e implica em igualdade, equidade e solidariedade (OLSSON, STECANELLA, 2022, p.382).

As autoras citadas pontuam que relatórios realizados entre a década de 40 e 70 mostram o crescimento de produção, do consumo e da escolaridade, contudo, tal progresso relaciona-se também com a marginalização de algumas camadas da população que não se beneficiaram desse desenvolvimento.

Diante disso, houve a necessidade de uma reformulação na compreensão de desenvolvimento, a fim de promovê-la de forma central e operacional, com a reaproximação da ética, economia e política na contribuição para uma sociedade mais incluyente socialmente, sustentável ecologicamente e sustentada economicamente (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011, *apud* OLSSON, STECANELLA, 2022, p.382).

Nessa linha de compreensão é o que termo Desenvolvimento Sustentável foi aderido nas agendas internacionais, entre elas, a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1972, a ONU deu destaque ao entendimento de Desenvolvimento Sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Em 1986 a ONU reconheceu o desenvolvimento como direito humano. Em 1987 no Relatório de Brundtland, intitulado com “O Nosso Futuro Comum”, publicado pela comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi apresentado como definição do desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem causar prejuízos às gerações futuras.

Daí em diante, a agenda internacional sobre a temática passa a tratar o Desenvolvimento Sustentável como premissa das questões ambientais e relações humanas que envolvem o progresso mundial. Em 2015, em Nova York, tem-se na Assembleia Geral da cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, o lançamento do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A agenda é considerada um plano vasto e ambicioso, pois abrange aspectos ambiental, social, econômico e institucional, além de ter como sujeitos envolvidos e responsáveis, a sociedade civil, bem como órgãos técnicos e políticos e empresas. A agenda engloba parcerias e co-responsabilidades de outros órgãos que discutem temas da agenda internacional (UNESCO, 2017).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) está envolvida na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) através de iniciativas como: Programa "Uma Abordagem Territorial dos ODS". O programa visa apoiar estados e cidades a desenvolver, implementar e monitorar estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A OCDE está desenvolvendo um quadro de indicadores para apoiar os governos subnacionais na medição do progresso dos ODS. A OCDE é um grupo que se dedica a: Promover padrões internacionais em questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais; pesquisar, desenvolver e aprimorar políticas públicas; fomentar a implementação de políticas públicas pelos países membros.

O Paraná é o único estado do Brasil a firmar um convênio com a OCDE no âmbito dos ODS. A OCDE reconhece o Paraná como um exemplo mundial a ser seguido em relação ao desenvolvimento sustentável (Até que ano era o único? .) A OCDE participa da Agenda do Desenvolvimento Sustentável, com ações essenciais, e que fomenta pesquisas, aprimoramento de políticas públicas, dentre outras questões. (SILVA, ANDRADE SILVA, FERREIRA, 2022)

Tanto o Banco Mundial, quanto o Conselho de Estabilidade Financeira, e o G20 são fundamentais nesse processo de implementação da Agenda 2030, visto que no ano passado pela primeira vez na História, aconteceu o G20 social, e o encontro do G20 no Rio de Janeiro, e teve a participação de segmentos da sociedade brasileira, inclusive dos movimentos sociais, para tratar sobre as mudanças climáticas, o combate à fome, a pobreza, dentre outros.

A UNESCO alinhou-se com a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desde a sua adoção em 2015. A UNESCO tem colaborado na estruturação da Agenda Educação 2030, que está incluída no ODS. A UNESCO tem atuado em diversas áreas para apoiar os Estados-membros na implementação da Agenda 2030, como: Educação, Cultura, Ciência, Comunicação e informação, Patrimônio cultural e natural. (SANTOS, PINTO, 2022)

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, sendo este o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Acredita-se que todos os países envolvidos atuarão de forma colaborativa. Objetiva-se atenuar a tirania da pobreza e da penúria e promover o desenvolvimento de forma a atender as necessidades vigentes, sem comprometer gerações futuras, conforme uma das definições de Desenvolvimento Sustentável.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas da Agenda 2030 constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. São integrados e indivisíveis, e equilibram-se em quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social, a ambiental e a institucional. Os Objetivos e metas estimulam a ação para os 15 anos (2015-2030) em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. O lema central da Agenda 2030 é "Ninguém deixado para trás" e baseia-se em

cinco princípios: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. A Agenda apresenta em seu texto os cinco “P”s

Pessoas: Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável,
Planeta: Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade: Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz: Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria: Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. (UNESCO, 2015)

Esses cinco Ps dão a dimensão do que pretende ser alcançado pelos objetivos e metas. Os 17 objetivos, que antes eram objetivos do milênio e a partir de 2015 passaram a ser chamados de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, busca a mobilização e promoção do esforço coletivo de países, empresas, instituições e a sociedade civil, para que temas que eram de conhecimento superficial passam a ser discutidos a nível de provocar transformações.

Depois de muitos estudos, o modelo atual das 17 ODS contempla um olhar atento e urgente para as pautas de: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça, e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Entender cada objetivo permite entender o que a Agenda promove e quais dimensões busca atingir. Os ODS serão apresentados em quadros conforme demandas identificadas com sua proximidade.

Quadro 01- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1, 2, 3 e 4

1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Fonte: <https://www.ipea.gov.br> (ANO)

O objetivo número um trata o aspecto da pobreza e vulnerabilidade na forma genérica de ser, pois quando se fala de erradicar a pobreza, há fatores materiais, acesso à informação e escolaridade e a inclusão de diversas formas. A situação desfavorável de pessoas nesse nível de sobrevivência está exposto a uma ausência de diversos aparatos que garantiriam o mínimo da sua existência em condições humanas dignas. Nesse objetivo está previsto cinco metas até 2030 – erradicar a extrema pobreza; reduzir até pelo menos até metade o quantitativo de homens, mulheres e crianças, de forma proporcional, que vivem na pobreza; implementar medidas e sistemas de proteção social adequados; garantir a todos acesso a serviços básicos e recursos econômicos, incluindo, entre outros, propriedade e controle da terra; construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade.

O objetivo dois trata a questão da pobreza humana na sua vulnerabilidade alimentar, diferenciando do objetivo um. A fome e escassez de alimentos à camada mais pobre da população é um dos grandes desafios da humanidade. Seria a primeira condição de urgência, ter acesso ao alimento ou garantir formas de ter esse acesso. Este objetivo também traz cinco metas que englobam acabar com a fome, com a desnutrição, dobrar produtividade agrícola e renda de pequenos produtores, aumentar sistemas sustentáveis na produção de alimentos e manter a diversidade genética de sementes, plantas e animais.

O Objetivo três propõe assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Esse objetivo engloba questões diversas, pois quando a temática é saúde, são muitas mazelas que afetam diferentes lugares, o que é mostrado nas metas: reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos até 2030; acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e

crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos; acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis; reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar. Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool; reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas; assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo; fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado; apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos; aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento; reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

Objetivo quatro propõe assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e

eficazes; garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário; assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade; aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo; eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade; garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática; garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável; construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos; ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento; aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

O objetivo número quatro traz a urgência da educação como caminho de incluir as pessoas e minimizar a marginalidade e exclusão. Uma educação de qualidade para todos independentes de raça, cor, gênero, idade, origem e classe social, de forma que

possam ter acesso ao conhecimento e desenvolver habilidades individuais e coletivas, pautadas em princípios da sustentabilidade.

Os quatro primeiros objetivos tratam de quatro aspectos fundamentais na sobrevivência do ser humano em condições minimamente dignas – redução da extrema pobreza, alimentação, saúde e educação. São quatro eixos necessários para que o ser humano possa de fato se sentir numa sociedade e partir daí, desenvolver-se enquanto pessoa, enquanto trabalhador e como cidadão que não só faz parte, mas participa e interfere na dinâmica da sociedade.

A pessoa que está dentro do universo de extrema pobreza material com escassez de alimentos, também estará com problemas de saúde e por consequência, a busca e permanência na vida educacional é toda comprometida.

Essas questões, cujas discussões não são novas nos cenários dos eventos internacionais, com participação de países exponencialmente forte econômica e politicamente, é ainda um problema de ordem mundial, merecedoras de constante debate e cobranças de posicionamento de líderes políticos. O cenário atual de alguns países, como os Estados Unidos, onde lideranças políticas tem tratado esse tema e outros ligados ao desenvolvimento e futuro da humanidade como algo fora do seu foco de interesse, mostra que há uma necessidade de constante debate e vigilância sobre o tema.

A relevância de discutir esses eixos na sociedade e nos ambientes escolares é tão expressiva, pois a busca de uma sociedade mais justa e igualitária, onde pessoas que vivem totalmente marginalizados por estarem excluídas de garantias mínimas, deve ser rigorosa e vigilante, pois discursos políticos atuais mostram que o interesse nessas causas não são de todos. A vida humana com dignidade ainda não é pauta de todos grupos políticos.

Quadro 02- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 6, 7, 8, 9 e 10.

- | |
|--|
| <p>5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p> <p>6. Água potável e saneamento - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>7. Energia limpa e acessível - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.</p> |
|--|

8. Trabalho decente e crescimento econômico. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

9. Indústria, inovação e infraestrutura - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10. Redução das desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Fonte: <https://www.ipea.gov.br> (ano)

O objetivo número cinco fala sobre igualdade de gênero, isto é, emponderar mulheres e meninas, acabar com a discriminação contra mulheres e meninas; eliminar a violência contra mulheres e meninas; acabar com práticas nocivas, como casamentos prematuros e mutilações genitais femininas; garantir a participação das mulheres na política, economia e tomada de decisão; assegurar o acesso à saúde sexual e reprodutiva. A igualdade de gênero é um direito humano fundamental e a base para um mundo pacífico, próspero e sustentável.

Esse objetivo toca numa questão muito necessária e polêmica, pois além de países igual ao Brasil que precisa de políticas de combate constante a essa questão, há países de cultura extremamente violentas contra mulheres, crianças e pessoas que se veem em outro gênero.

Objetivo seis, fala de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos; alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade; melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente; aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água; implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado; proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos; ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação

para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de recursos; apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Objetivo número sete diz do acesso à energia limpa e acessível, assegurar o acesso à energia de modo sustentável e com preço acessível para todos. De acordo com dados divulgados pela ONU, desde a implementação dos ODS foram registrados avanços no tocante ao acesso da população a formas de energia: de 2000 a 2013, mais de 5% da população mundial obteve acesso à eletricidade (de 79,313% para 84,58%). Para os próximos anos, a tendência é aumentar a demanda por energia barata.

O objetivo número oito da Agenda 2030 é promover o trabalho decente e o crescimento econômico e tem como metas: Promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo; garantir o emprego pleno e produtivo; proteger os direitos trabalhistas; promover ambientes de trabalho seguros e protegidos; erradicar o trabalho forçado e o tráfico de seres humanos; reduzir a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação. Esse objetivo reconhece que a desigualdade de renda e de oportunidades prejudica o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

O objetivo número nove da Agenda 2030 é o objetivo de Indústria, Inovação e Infraestrutura. As metas do ODS 9 incluem: construir infraestrutura de qualidade e sustentável; promover a industrialização inclusiva e sustentável; fomentar a inovação; garantir o acesso à tecnologia da informação e das comunicações; melhorar a investigação científica; aumentar a participação da indústria no setor de emprego e no PIB; aumentar o acesso das micro e pequenas empresas a serviços financeiros.

O objetivo número dez da Agenda 2030 tem o propósito de romper com o ciclo da pobreza e promover a igualdade de oportunidades. Visa eliminar leis, políticas e práticas discriminatórias; promover legislação, políticas e ações para reduzir as desigualdades; melhorar a regulamentação dos mercados e instituições financeiras globais; combater a desigualdade de renda e na distribuição da riqueza; promover oportunidades para as pessoas mais excluídas; enfrentar o desafio das migrações e fluxos de pessoas deslocadas.

Os objetivos 5, 7, 8, 9 e 10 não são menos importantes que os quatro primeiros apresentados, contudo, eles têm eixos que atende a população mais pobre e a população como um todo. As questões de igualdade de gênero, de empoderamento da mulher é um

tema que perpassa nos diferentes níveis sociais, embora careça de mais atenção em regiões que mulheres, devido a pobreza, não têm acesso a conhecimento e oportunidades de busca da sua identidade, independência e mecanismos de proteção.

Quando se fala em uma sociedade mais igualitária, não se limita a apenas a questão de valores materiais que possibilita acesso a alimentação, saúde e educação, mas também em questões legítimas que possam reduzir a desigualdade de gênero em toda sociedade. A violência contra a mulher, a desigualdade salarial e o desrespeito, incluindo assédios, não são somente da classe pobre.

Numa sociedade capitalista, onde produzir e vender são objetivos bem definidos, é preciso então ter uma sociedade minimamente com poder de consumo. Nesse sentido, o trabalho, o crescimento econômico e acesso a tecnologia e condições dignas de vida, onde inclui água potável e saneamento básico, devem ser vistos como essenciais e necessários para uma sociedade industrializada.

Aqui fica claro, que condições dignas de vida não se limitam apenas a saúde, alimentação e educação, mas se estende para além da sobrevivência, se estende também para a inclusão, para sustentabilidade, para oportunidades e para o desenvolvimento de uma sociedade, que mesmo desigual em questões econômicas, busque incluir todos.

Quadro 03- Objetivos do Desenvolvimento sustentável 11, 12, 13, 14 e 15.

- | |
|---|
| <p>11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.</p> <p>14. Vida na água - Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> |
|---|

Fonte: <https://www.ipea.gov.br> (ano)

O objetivo número 11 da Agenda 2030 é "Cidades e Comunidades Sustentáveis". O objetivo é tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Este está alinhado com a Nova Agenda Urbana, acordada em

2016. Para implementar o ODS 11, é importante formular políticas específicas de habitação, saneamento, mobilidade urbana e proteção e defesa civil; promover a redução, reutilização, reciclagem e compostagem; ampliar o conhecimento técnico-científico; aperfeiçoar o planejamento e a gestão integrada e participativa.

O objetivo 12 incluem “Consumo e produção responsáveis” visam reduzir o desperdício de alimentos; reduzir a geração de resíduos; gerir os recursos naturais de forma sustentável; gerir os produtos químicos e resíduos de forma ecologicamente racional; promover compras públicas sustentáveis; incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas; apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas; desenvolver um turismo sustentável; racionalizar os subsídios dados aos combustíveis fósseis. Para alcançar as metas do ODS 12, é necessário mudar os padrões de consumo e produção. Essas mudanças são a base do desenvolvimento econômico e social sustentável.

O objetivo número treze da Agenda 2030 é a Ação Contra a Mudança Global do Clima. Este objetivo foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem como metas fortalecer a capacidade de adaptação a riscos climáticos e desastres naturais; incluir medidas de combate às mudanças climáticas nas políticas nacionais; melhorar a educação e conscientização sobre as mudanças climáticas; promover mecanismos para aumentar a capacidade de planejamento e gestão das mudanças climáticas.

O objetivo catorze da Agenda 2030, é garantir a conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos, suas metas incluem reduzir a poluição marinha, principalmente a proveniente de atividades terrestres; proteger os ecossistemas marinhos e costeiros; acabar com a sobrepesca e a pesca destrutiva; acabar com a caça furtiva e o tráfico de espécies protegidas; prevenir a introdução de espécies tóxicas e invasoras; minimizar os impactos da acidificação dos oceanos.

O objetivo número quinze da Agenda 2030 é a proteção da vida terrestre. O objetivo é garantir o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e das águas doces, combater a desertificação e proteger a biodiversidade.

Algumas metas do objetivo 15 são: proteger e recuperar os ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies protegidas; melhorar a capacidade dos ecossistemas de montanha de proporcionar benefícios para o desenvolvimento sustentável; reduzir a

degradação dos habitats naturais; deter a perda de biodiversidade; proteger espécies ameaçadas.

Os objetivos de 11 a 15 já retratam uma qualidade de vida do homem em si, independente da sua classe social. Discutir sobre mudanças climáticas, preservação da fauna, da flora e segurança na sociedade inclui a todos. Com certeza, temas como urbanização, desperdício de alimentos dentre outros, a população mais pobre é a principal beneficiada, contudo, uma sociedade que promove condições sustentáveis de desenvolvimento e de vida, beneficia todos.

Quadro 04- Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 16 e 17.

16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: <https://www.ipea.gov.br> (ano)

O objetivo número dezesseis da Agenda 2030 é promover sociedades pacíficas e inclusivas, com justiça e instituições eficazes, suas metas contemplam reduzir a violência, o tráfico de pessoas e os maus-tratos; combater o crime organizado, a corrupção e o suborno; promover o Estado de Direito; garantir o acesso à justiça para todos; fornecer identidade legal para todas as pessoas; proteger as liberdades fundamentais; fortalecer o combate à sonegação fiscal.

Para avaliar o progresso em direção a sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas, são utilizados indicadores como: taxa de homicídio; mortes por armas de fogo; proporção de pessoas que sofrem violência física, psicológica ou sexual; proporção de pessoas que se sentem seguras andando sozinha na área onde mora. O ODS 16 contribui para o desenvolvimento sustentável.

O objetivo número dezessete é fortalecer e promover meios de implementação: fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

Na área da tecnologia: Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o

compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global. Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado. Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

Na capacitação: Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

No comércio é promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2030. Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

Nas questões sistêmicas que visam aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas. Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável. Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

E por meio das parcerias multissetoriais reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros,

para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento. Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Até 2030, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

Os objetivos 16 e 17 promovem uma discussão que mostra a intenção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável em todos sentidos. O acesso a tecnologia e a justiça devem ser oportunizados a todos. Implementar meios para que a Agenda 2030 seja de fato executada e reflita na sociedade como um todo, deve ser o foco de todas políticas locais.

Em julho de 2025 a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um relatório sobre o desenvolvimento dos ODS. Nesse relatório, é feita uma análise detalhada de como cada objetivo está evoluindo ou não, se as metas serão de fato atingidas.

O relatório é de grande importância, pois permite uma avaliação e novos direcionamentos. O relatório é um documento detalhado sobre os objetivos. Com 51 páginas, disponibilizado no site da ONU, com base na análise de dados apresentados em gráficos, mostra o panorama que se encontra o desenvolvimento dos objetivos rumo a atingir suas metas. O cenário não é muito animador, contudo, evidencia a necessidade de discutir e cobrar cada vez mais políticas alinhadas com a Agenda 2030. Segundo o mesmo, apenas 35% das metas caminham rumo uma direção acertada.

Segundo o relatório, as metas caminham num ritmo lento, o que resultará numa ineficiência em atingi-las e algumas ainda tiveram retrocesso. Contudo há progressos significativos. O quadro abaixo mostra um resumo do relatório.

Quadro 05 – Avanços e retrocessos na implementação dos ODS.

Avanços	Retrocessos
<ul style="list-style-type: none">Entre 2012 e 2024, a taxa de nanismo infantil caiu de 26,4% para 23,2%.	<ul style="list-style-type: none">Sem ações aceleradas, 8,9% da população global ainda viverá na extrema pobreza em 2030.

<ul style="list-style-type: none"> • A expectativa de vida saudável aumentou mais de cinco anos entre 2000 e 2019, embora a COVID-19 tenha revertido parte desses ganhos. • A mortalidade materna global caiu de 228 para 197 mortes por 100 mil nascidos vivos (2015–2023). • A mortalidade infantil (menores de 5 anos) caiu de 44 para 37 por mil nascidos vivos (2015–2023). • Até o final de 2024, 54 países eliminaram ao menos uma doença tropical negligenciada. • Entre 2019 e 2024, 99 reformas legais foram implementadas para eliminar leis discriminatórias e promover a igualdade de gênero. • Em 1º de janeiro de 2025, as mulheres ocupavam 27,2% das cadeiras nos parlamentos nacionais, um aumento de 4,9 pontos percentuais desde 2015. • A energia renovável é a fonte de energia que mais cresce no mundo e deve ultrapassar o carvão como principal fonte de eletricidade em 2025. • O 5G já cobre 51% da população mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2023, quase 1 em cada 11 pessoas enfrentava a fome. • 272 milhões de crianças e jovens estavam fora da escola. • As mulheres realizam 2,5 vezes mais trabalho doméstico e de cuidado não remunerado do que os homens. • Em 2024, 2,2 bilhões de pessoas não tinham acesso a água potável gerida com segurança; 3,4 bilhões, sem saneamento adequado; e 1,7 bilhão, sem higiene básica em casa. • A população global de refugiados chegou a 37,8 milhões até meados de 2024. • 1,12 bilhão de pessoas vivem em favelas ou assentamentos informais sem serviços básicos. • A ajuda oficial ao desenvolvimento caiu 7,1% em 2024, após cinco anos de crescimento — com novas reduções previstas para 2025.
--	--

Fonte: <https://brasil.un.org/> (ano)

Os dados chamam atenção da necessidade sobre alerta e discussão constante sobre esses temas. O quadro mostra que entre 2019 e 2024 houve avanço na legislação sobre eliminando leis discriminatórias e promover igualdade de gênero. Esse avanço é importante, contudo, a lei em si é insuficiente, ela não garante a diminuição da violência e discriminação de gênero, a discussão sobre a igualdade de gênero é necessária urgente sempre. Isso mostra que os ODS é mais do que ações, é o educar para uma sociedade que busca a justiça, a igualdade e a inclusão.

Outro dado importante é o fato de que a mortalidade infantil diminuiu e que pelo menos uma doença tropical negligenciada foi erradicada. Aqui se deve ressaltar, que frente a esses resultados, tem-se o constante combate de ideologias políticas que disseminam o negacionismo da ciência e das vacinas. Ao mesmo tempo em que há esforços da implementação de ações que levem a atingir as metas dos ODS, tem que acontecer o constante movimento de educação e conscientização em combater ideologias reversas aos ODS.

Merecedor de atenção também é o fato que ainda há um número altíssimo de crianças fora da escola e o fato que, embora a mortalidade infantil reduziu, ainda há milhares de crianças que vivem em situações de vulnerabilidade.

Essas análises sinalizam a importância de envolver a sociedade nas discussões sobre todas as questões apresentadas na Agenda 2030. Olhar para um documento de tamanha expressão, elaborada dentro de conjecturas políticas e econômicas, tendo a ONU como protagonista, leva as pessoas comuns a acreditarem que elas não tem relação com esse universo, que não diz respeito a vida delas, que não tem participação nesse processo. Daí a importância de alinhamento da Agenda 2030 com as diretrizes, normativas e currículos educacionais, pois há necessidade, principalmente frente ao cenário político atual, de fazerem as pessoas entenderem que a participação dá-se, além de nossa relação com o ambiente e com as pessoas, mas principalmente indicando pessoas que nos representará em esferas políticas, que tem conhecimento e compromisso com os temas da Agenda 2030.

Discutir os ODS no espaço escolar, numa localidade específica é um trabalho que permite a compreensão da importância do trânsito do conhecimento e formação de consciência nas pessoas como parte do projeto maior, que seria a transformação da sociedade e do mundo em espaços mais inclusivos, humanizados e preservados. Os ODS não serão concretizados apenas por atos políticos isolados ou grandes ações vindas de poderes. É preciso transformar cada cidadão a nível de consciência para que o mesmo tenha conhecimento das questões envolvidas nesse tema, consciência da importância do seu posicionamento enquanto cidadão e da transformação local, que embora pareça pequena, mas se possibilita mudança na qualidade de vida das pessoas, o efeito ecoa de forma significativa.

É nesse sentido que ressalta a importância de discutir os temas tratados na Agenda 2030 a partir da sociologia do desenvolvimento, pois não são mudanças pontuais, ao contrário, é processo de transformação que atinge aspectos políticos, econômicos e sociais. Atinge mudança no perfil da população mundial. É pautada nessa visão que é proposta a discussão nos próximos capítulos.

O que apresentou nesse capítulo, não é uma divisão hierárquica dos objetivos, mas uma forma de entender suas relações com a vida individual e com a vida em sociedade. A sociedade precisa compreender que a desigualdade penaliza a população mais pobre, contudo, uma sociedade que se aproxima da igualdade, da sustentabilidade, da inclusão,

do acesso a todos a condições básicas e necessárias de vida, beneficia a todos, independente da classe social, pois reflete na segurança, na produção, na economia, na política e na qualidade de vida.

Talvez seja esse o ponto mais dramático da implementação dos objetivos, fazer a sociedade entender e acreditar que todos ganham quando a sociedade caminha para a sustentabilidade, para a igualdade, para a justiça e para a inclusão.

Logo, investir na implementação dos ODS e em um desenvolvimento mais justo e sustentável, não é apenas uma questão de políticas voltadas à minoria e excluídos, mas sim uma estratégia inteligente que beneficia a coletividade, a sociedade como um todo.

CAPÍTULO 2- SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ALGUNS CENÁRIOS

Neste capítulo abordamos o contexto do desenvolvimento no âmbito da Sociologia. Entendemos que a análise da produção sociológica do desenvolvimento é importante para compreender as dimensões dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como a história da sociologia e as diferentes abordagens que surgiram ao longo do tempo para entender e contextualizar o desenvolvimento. Compreender a história da sociologia para, a partir dela, entender o desenvolvimento, é o que possibilita ter uma perspectiva do processo em si, da transformação social, tanto nos aspectos econômico, políticos como da relação do próprio homem com as condições de vida que essas transformações provocam. Assim, na perspectiva da sociologia, tais transformações transcendem questões econômicas e políticas, elas refletem de forma direta na vida social, na cultura, no meio ambiente, na relação entre as pessoas.

Sociologia e sociologia do desenvolvimento:

Na década de 1960 e 1970 a sociologia percebia o desenvolvimento como um processo de transição da sociedade mais tradicional para um comportamento mais moderno. O conceito de desenvolvimento estava relacionado a crescimento econômico, urbanização e outros fatores relacionados a estes.

Contudo, na década de 1980 e 1990, diante de críticas dessa conceituação, a sociologia elabora nova forma de compreender o desenvolvimento, que fica bem caracterizado nas suas subáreas. Sobre isso Ivo (2014) diz,

Qual o ponto de vista sociológico do desenvolvimento? Esta questão orienta a perspectiva analítica assumida no *Estado da arte da produção sociológica do desenvolvimento*, objeto deste texto. Duas opções estruturam esta análise. Em primeiro lugar, uma reflexão de natureza mais teórica sobre o campo da sociologia do desenvolvimento, com base em referências clássicas, especialmente no período de 1960-1970. Este esforço representa a antecipação de um “conceito” de como a sociologia definiu a noção do desenvolvimento na década de 1960, e esta problematização possibilita entender o processo de mudança histórica articulado à noção, nos anos 1980 e 1990. E em segundo, uma caracterização das principais temáticas tratadas hoje como “objetos” da subárea da sociologia do desenvolvimento, na história mais recente, dos anos 1990 a 2000, revelando “traços do objeto” e a forma como a própria comunidade de pesquisadores entende e define esta subárea, com base no levantamento e descrição dos grupos de pesquisa (GPs) registrados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e também dos pesquisadores que indicam a subárea da sociologia do desenvolvimento como área de sua atuação de pesquisa, em agosto de 2012. (IVO, 2014, p. 19).

A autora realça no “estado da arte”, a importância do conceito de desenvolvimento em duas vertentes, uma é sobre a parte histórica e a outra uma caracterização das chamadas subáreas da sociologia registradas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

É nesse percurso destacado por Ivo (2014), da concepção de desenvolvimento no início da sua existência como ciência às concepções identificadas nos objetos de estudos de pesquisas dentro de subáreas, que o estudo de sociologia cria uma identidade como ciência e como componente curricular.

Do ponto de vista da sociologia, o desenvolvimento é entendido como um processo de transformação social, que engloba mudanças nas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade. Não se limita a apenas ao crescimento econômico, mas abrange também a análise sobre os impactos e melhorias das condições de vida da população, a redução das desigualdades, a expansão dos direitos, a democratização das instituições e a sustentabilidade ambiental.

Essa análise permite compreender a evolução do ponto de vista sociológico sobre o desenvolvimento, desde suas formulações clássicas até as suas configurações contemporâneas, revelando como a disciplina tem se adaptado e respondido às mudanças

históricas e aos novos desafios sociais. É nesse sentido dos novos desafios que a discussão proposta aqui da Agenda 2030 caminha sob o ponto de vista da sociologia.

O caminho desenvolvimentista escolhido pela civilização é uma via de mão única em direção ao esgotamento das fontes de matérias primas. Foi com a “Revolução Industrial”, iniciada pelo Reino Unido no século XVIII, que o modelo de produção baseado nas matérias primas não renováveis teve o seu apogeu, sendo a forma de produção utilizada durante quase três séculos. (CORRÊA, 2006, p.93).

O autor mostra que com a Revolução Industrial, a natureza passa ser considerada subordinada ao homem, a exploração de matéria não renovável foi realizada de maneira discriminatória. “A natureza foi tratada como subalterna ao homem, servindo-lhe como meios para atingir seus fins maiores inaugurados pela era do capitalismo: os lucros”. (CORRÊA, 2006, p.93).

Essa relação homem, natureza e desenvolvimento econômico e as consequências dessa relação tanto para a natureza como para o homem, compõe o cenário que fomenta estudos e concepções de desenvolvimento a partir do ponto de vista sociológico.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou uma nova abordagem num novo conceito de desenvolvimento, que não abrange apenas questões de crescimento econômico, mas também o ambiente político e o bem estar social. Essas questões tornam-se relevantes e urgentes, considerando todo os efeitos que a ação humana já provocou no meio ambiente e por consequência, nos modos dos seres humanos se relacionar, de se enxergar e principalmente de usufruir da riqueza produzida pelos países (MATOS & ROVELA, 2010).

Logo, da Revolução Industrial a Segunda Guerra Mundial, essa relação homem, natureza e desenvolvimento econômico cria uma nova demanda, o bem estar social. Inicialmente tem-se um discurso focado na preservação do meio ambiente, ao longo dos anos, esse discurso incorpora outras questões relacionadas às pessoas, atualmente a agenda sobre esse tema traz questões de vulnerabilidade, de inclusão, de empoderamento feminino. Nesse panorama, percebe que o conceito de desenvolvimento dentro da sociologia acompanha essa demanda.

Na década de 70, o maior discurso foi a preservação dos recursos ambientais. Na conferência de Estocolmo destacou a necessidade de um novo conceito de desenvolvimento, o sustentável. No relatório “Nosso Futuro Comum”, o documento visou, entre outros temas, conceituar um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável”. Segundo Novaes, esse era um documento para reconhecer

a importância do planeta Terra e que a humanidade precisa mudar a maneira de viver para se conscientizar (2003, p.324).

De acordo com o relatório “Nosso Futuro Comum”, desenvolvimento sustentável foi conceituado como um “conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam suas próprias necessidades”. O principal elemento desta definição é a interdependência entre a conciliação dos direitos dos presentes e das futuras gerações ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção ao meio ambiente. (FRIAS, 2011, p. 373. ONU, 1991 p. 46).

Logo após, em 1972, aconteceu a Eco 92 ou Rio 92, evento que foi elaborada a Agenda 21, e em 1997 elaborou outra Cúpula para as conferências climáticas. (MATOS & ROVELA, 2010). Após a realização da Rio 92, a ONU ,em 1995, através de Boutros Boutros - Ghali, publicou o documento “An agenda for development”, ressaltando cinco dimensões para o desenvolvimento, que assim são descritas por Boisier:

- 1)Paz como pilar: A aproximação tradicional ao desenvolvimento pressupõe que este ocorre sob circunstâncias da paz. O desenvolvimento não pode prosseguir facilmente em sociedades onde os interesses militares estão no centro da vida;
- 2)A economia como o motor do progresso: O crescimento econômico é o motor do desenvolvimento. Acelerar a taxa do crescimento econômico é uma condição para expandir a base de recursos econômicos, tecnológicos e de transformação social não é suficiente, entretanto, perseguir o crescimento econômico por si só;
- 3)O ambiente como uma base para a sustentabilidade: O desenvolvimento e o ambiente não são conceitos separados, nem pode haver sucesso em um, sem que o mesmo ocorre com o outro;
- 4)Justiça como pilar de sociedade: O desenvolvimento não ocorre em um vácuo, nem é construído em cima de uma fundação abstrata. O desenvolvimento ocorre dentro de um contexto social específico e em respostas às circunstâncias sociais específicas.... o povo é o principal recurso de um país e seu bem estar define o desenvolvimento;
- 5)Democracia na Governança: A ligação entre o desenvolvimento e a democracia é intuitiva, por isso seu reflexo é difícil de elucidar. No contexto do desenvolvimento, a boa governança tem diversos reflexos. Entre seus projetos deve estar a perseguição de uma estratégia nacional voltada para o desenvolvimento. Projetos que assegurem a capacidade, a confiabilidade e a integridade das instituições do núcleo do Estado Moderno (MATOS & ROVELA, 2010, p. 4).

Esses cinco pilares oferecem uma visão do desenvolvimento, que integra paz, economia, sustentabilidade ambiental, justiça social e administração democrática. Eles reconhecem que o desenvolvimento verdadeiro é um processo complexo que exige a consideração de múltiplas dimensões e a criação de condições favoráveis em diversas esferas da vida social e política. Essa perspectiva se distancia de abordagens puramente

economicistas e enfatiza a importância do bem-estar humano e da sustentabilidade em longo prazo.

Algumas conferências sobre esse tema aconteceram em diferentes momentos, e cada uma delas com sua importância, agregando novos conceitos e novas propostas de políticas voltadas a essa demanda, algumas delas: 1. Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (1999); 2. Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (1999); 3. Cúpula do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2000); 4. Rio+10 (Joanesburgo, 2002); 5. Reunião Mundial (2005); 6. Rio+20 (2012): Esta conferência é destacada por ter reavaliado o desenvolvimento mundial e elaborado o documento "O futuro que queremos". Este documento buscou dar concretude ao desenvolvimento sustentável no cenário global, servindo como um importante marco para as discussões futuras.

Este tema é muito relevante, e vem desde a década de 60, 70, 80 e os dias atuais, a princípio, como já dito, o conceito de desenvolvimento era arraigado no conceito de economia, contudo, sob nova ótica conceitual, visando as relações e desenvolvimento humano, o tema abrange outras áreas de conhecimento como a sociologia, ciência política, antropologia, história, geografia, dentre outras.

O desenvolvimento sustentável é um apelo global para que o progresso seja de forma a causar menos danos possíveis ao mundo, que não deixe às margens do processo aqueles que não estão em condições de ter acesso a certos mecanismos sociais e principalmente, o respeito a todos nas suas diferenças e igualdades. No que tange o Brasil, a diversidade e ao mesmo tempo questões sociais e ambientais tão urgentes e desiguais, a agenda é um mecanismo de potencial ação no sentido de minimizar ou reduzir extremos tão agravantes.

É preciso pensar e agir no Brasil Heterogêneo e diversificado, tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema), a crescente diferenciação das diversas porções do país. (BACELAR, 2000, *apud* BRANDÃO 2012, p 127)

As transformações ocorridas no Brasil nos anos 1980 e 1990 aliadas ao aumento das desigualdades estruturais internas nas diversas porções do território nacional fazem emergir novas formas de pensar e agir no campo das políticas públicas. Nesse contexto, especialmente as políticas públicas para a promoção do desenvolvimento, passaram a ser mais descentralizadas e a se originar nos planos regional e local. A partir daí, se por um lado houve a revalorização do território e da dimensão espacial do desenvolvimento,

por outro, consolidou-se uma visão claramente disseminada na literatura. Brandão (2012) faz críticas dessa visão com foco em um pensamento único localista, que considera a concepção do local como espaço privilegiado de intervenção política e como solução dos problemas socioeconômicos, em detrimento das demais escalas intermediárias entre o local e o global na articulação para a promoção de estratégias de desenvolvimento.

Partindo de uma revisão crítica das insuficiências das concepções teóricas estáticas, positivistas, liberais e utilitaristas, Brandão (2012) evidencia a impossibilidade de uma teoria geral e abstrata dos fenômenos regionais e urbanos, destituídos de sua realidade histórico-concreta. As escalas são construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais, sendo preciso repactuar relações, construir espaços públicos e canais institucionalizados de interesses, e estabelecer contratos sociais de territorialidades. O autor defende a adoção de uma abordagem transescalar como modelo de desenvolvimento, que considera o trabalho conjunto e articulado das múltiplas escalas entre o local e o global, levando-se em consideração as peculiaridades de cada porção territorial. Segundo ele, não há uma escala mais importante e nem única, sendo que a análise de realidades e a intervenção de políticas públicas em países complexos e diversificados como o Brasil necessitam de abordagem em múltiplas escalas, ao mesmo tempo em que devem ser identificadas as dimensões referentes às desigualdades Inter e intrarregionais.

Enfim, Brandão (2012) afirma que países caracterizados por territórios continentais, heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais) e em situações de desigualdade e subdesenvolvimento similares ao Brasil, só sairão das condições de malformação estrutural a partir de uma reformulação estratégica de políticas nacionais de desenvolvimento com foco na reconstrução das escalas nacionais.

Os pressupostos reflexivos de Brandão (2012) consideram o desenvolvimento como parte de um todo, sendo que, em meio aos vários interesses convergentes, o desafio é o de se buscar articular horizontalmente os atores institucionais de uma mesma região e integrar verticalmente as diferentes escalas político-administrativas.

De acordo com esse autor, nota-se a importância da palavra “desenvolvimento”, como um todo, por isso a ideia central dos ODS é desenvolvimento.

Em outra obra sobre a sociologia do desenvolvimento, denominada Ideologia do Desenvolvimento - Revolução Brasileira em Debate (PRADO, 2020), o autor Fernando

Correa Prado, faz um brilhante e exaustivo balanço crítico do velho debate desenvolvimentista, assumindo a perspectiva da teoria marxista da dependência, que nasce nos anos 60, em oposição direta ao “desenvolvimentismo” patrocinado pela estratégia da “revolução democrático burguesa” dos partidos comunistas latino-americanos daquela época. De acordo com o autor (PRADO, 2020):

É preciso lembrar que, no plano político-intelectual, o início da segunda década do século XXI no Brasil foi marcado, entre outras coisas, pela controvérsia acerca do “novo-desenvolvimentismo” (cf. CASTELO, 2012). Uma imagem sintetizava bem aquele momento conjuntural: em seu número de 14 de novembro de 2009, a influente revista inglesa *The economist* ilustrava sua capa com o Cristo Redentor turbinado e a seguinte manchete: “O Brasil decola” (“Brazil takes off”); revivendo a metáfora tão cara à ideologia do desenvolvimento, o editorial dizia que “o Brasil de repente parece ter feito sua entrada no palco mundial. (THE ECONOMIST, 2009, p. 15).

A citação acima retrata um momento que o Brasil vivia com empolgação e otimismo a ideia de desenvolvimento focado na economia e na política. Acentuada intervenção estatal, industrialização e crescimento com inclusão social adaptados a economia mundial do momento, caracterizada pela globalização, eram pontos fortes nessa concepção de desenvolvimento.

Nesse sentido, percebe que o conceito de desenvolvimento é modificado pela própria estrutura econômica e política do momento, onde inúmeros fatores, muitos deles de políticas mundiais, interferem. Logo, a concepção desse conceito na sociologia, entendendo que ela centra seus saberes nessa relação de indivíduo com sociedade e sua forma de produzir, consumir e se organizar, também assume novas formas e definições.

A sociologia é o estudo da sociedade, e quando falamos em sociologia do desenvolvimento, precisamos entender e compreender qual a função da sociologia do desenvolvimento na sociedade em que vivemos, considerando que seu objetivo maior é proporcionar uma leitura do mundo social para que o indivíduo possa compreender que vivemos numa teia de relações sociais, jogos de poder impregnados por elementos simbólicos. Isto é promover uma leitura mais profunda e reflexiva sobre os problemas da sociedade, de maneira crítica.

No entanto, a sociologia do desenvolvimento é um ramo da sociologia que analisa os efeitos da mecanização da produção, considerando a interdependência entre as dimensões social, econômica e política. Alguns temas abordados na sociologia do desenvolvimento são: Desigualdades sociais; Migrações; Relação entre o desenvolvimento local, nacional e global; Desenvolvimento em sua dimensão ética e

política; Sustentabilidade e bem-estar; Indicadores sociais e econômicos; Subdesenvolvimento; Dependência; Formação dos estados nacionais e Estrutura de classes.

Nesse sentido, a sociologia do desenvolvimento pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, promovendo a interdependência entre as dimensões social, econômica e ambiental. O objetivo é alcançar uma justiça social para todos, com benefícios iguais e distribuídos de forma equitativa.

Nos anos sessenta do século XX, num contexto histórico em que a maior parte das colônias dos países europeus tinha encontrado a sua independência política, a posição da sociologia do desenvolvimento era otimista e via a industrialização como benéfica e recomendável ao progresso dos países do chamado terceiro mundo. Contudo, a constatação de que as descolonizações não tinham acarretado independência econômica para os novos países levou a uma relativização dessa perspectiva, com os sociólogos de inspiração marxista dos anos setenta a denunciarem o caráter interesseiro das ajudas dos países ocidentais à industrialização no terceiro mundo.

Atualmente a sociologia do desenvolvimento alerta, precisamente, para a impossibilidade de transposição mecânica de modelos de desenvolvimento entre países com acentuadas diferenças. Autores que incluem nas suas reflexões as preocupações deste ramo de sociologia são, entre outros, Robert Nisbet (*History of the Idea of Progress*, 1980), Tom Bottomore (*Theories of Modern Capitalism*, 1985), David Booth (*World Development*, 1985) e, em Portugal, Alfredo Bruto da Costa e Celso Furtado.

Nesse viés de discussão, com base na sociologia do desenvolvimento, é que o desenvolvimento sustentável assume uma repercussão fundamental nas instituições multilaterais, tornando-se a base para discutir desenvolvimento em todas as dimensões.

Na década de 1950, alguns pesquisadores entendiam que o desenvolvimento acontecia por um acúmulo de capital, pois estavam passando por um processo de industrialização e crescimento econômico. Sendo assim, tinham como base as relações produtivas e o trabalho assalariado que resultava numa elevação do padrão de vida. Já na década de 1980, os estudiosos desse período, afirmam que foi uma “década perdida”, pois os países da América Latina não tiveram uma boa economia, sendo assim, esse período foi marcado por um grande conflito social, que buscava por novos atores sociais e políticos.

De acordo com Ivo (2014), a sociologia acompanhou essa transição brasileira na luta pela expansão dos direitos da cidadania, visto que estava pautado na redemocratização da sociedade e das instituições políticas de um Estado de direitos e liberdade de expressão.

Houve algumas mudanças com a Constituição de 1988, pois as políticas de Estado e o sistema de Seguridade do país passaram a ter três núcleos, sendo eles: a Assistência Social, a Saúde e a Previdência. O Estado então passou a ter um papel de nacionalizador da mudança e “mediador dos conflitos de uma sociedade civil mais complexa e ampliada” (Ivo, 2014. p. 37).

Até aqui, nota-se que desenvolvimento ainda é muito arraigado em produção, economia e sistemas. Logo, o conceito assume novas vertentes, e discutir o desenvolvimento a partir de sustentabilidade, muda totalmente o rumo das discussões sobre fatores relevantes na existência e sobrevivência da humanidade. Embora o mundo vive em contrapartida com manifestações políticas ideológicas que tentam tirar de pauta todas discussões que agregam no conceito de sustentabilidade adotado na Agenda 2030, é totalmente fora de debate discutir e buscar desenvolvimento econômico desarraigado de questões ambientais, inclusão e vulnerabilidades. Fatos como o que aconteceu nos últimos anos, como a seca da Amazônia, Pantanal, enchentes no Rio Grande do Sul, e em outras regiões, incêndios, queimadas, guerras e pessoas ainda em situação de total vulnerabilidade de condições de segurança, alimentação e saúde, é o que define que desenvolvimento econômico não é protagonista único e questões ligados a vida humana tem que estar intrinsecamente ligado a esse desenvolvimento.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre uma situação que definiu o verdadeiro valor da palavra sustentabilidade, desenvolvimento, conforme (PRADO, 2020, p.34):

Quais são os obstáculos que o Brasil deve superar para se desenvolver? Quais são os desafios que o século XXI apresenta para que o Brasil finalmente se torne um país desenvolvido? Qual estratégia de desenvolvimento o Brasil deve seguir? Qual modelo de desenvolvimento é mais adequado tendo em vista o contexto internacional atual? Qual política externa o Brasil deve adotar para avançar rumo ao desenvolvimento? O que o Brasil poderia aprender de outras experiências comparadas para seu próprio desenvolvimento? E por aí vai...

O autor supracitado reforça a crítica sobre a forma de definir desenvolvimento, onde tal definição é distanciada da historicidade e a particularidade das relações sociais, configurando a ideologia do desenvolvimento, com isso “*naturalizam* as relações de

dominação e exploração vigentes mediante um sistema de ideias que apresenta determinado processos históricos particulares como passíveis de universalização”. (PRADO, 2020, p.34):

Nessa linha de raciocínio sobre desenvolvimento apresenta aqui, na perspectiva da sociologia, desse questionamento de alinhar desenvolvimento com sustentabilidade e com questões da vida humana, tanto no aspecto da saúde, da diversidade e da inclusão, do acesso a tecnologia, de oferecer oportunidades, ou seja, de não deixar pessoas à margem de um processo de desenvolvimento, a pergunta é muito mais que política o Brasil deve adotar, mas sim que políticas o mundo deve adotar.

Este tema está totalmente envolvido com as vidas do mundo inteiro, uma vez que desde a primeira conferência climática em 1972, em Estocolmo, vem se falando, especulando, dialogando sobre aquecimento global e a temperatura do Planeta Terra. O ano passado a temperatura do Planeta chegou a 1,5° C e no ano de 2025, com os últimos acontecimentos como o incêndio em Los Angeles, e as enchentes nas regiões brasileiras, os cientistas acreditam que a temperatura pode passar de 2,5°, então porque não falar de desenvolvimento sustentável? Por que ainda há países que entendem por desenvolvimento a definição de tempos atrás, pautada somente na questão econômica?

O slogan do Projeto Agenda 2030 é não deixar ninguém para trás, ou seja, pensar no todo, na coletividade, mas para isso se concretizar, primeiro deve-se entender quem somos nós? E quem são os outros? Como também, entender como um trabalho de Governo Federal, Estadual, Municipal, e os demais países desenvolvidos, e o esforço das instituições, e a união das pessoas podem interferir nesse processo de fazer acontecer a Agenda 2030.

Discutir desenvolvimento a partir do ponto sociológico permite compreender a dimensão da necessidade da sustentabilidade, dos valores que agregam esse conceito. A sociologia consegue trazer para o debate a essência da relação do homem e relação com toda demanda que a sociedade trás. Da Revolução Industrial, fato de grande importância no desenvolvimento do capitalismo, que gerou uma série de reflexos na sociedade, desde a relação com meio ambiente a relação da mulher com o trabalho, com saída de casa para se tornar operária, de seus filhos que ficavam a mercê de várias situações enquanto a mães trabalhavam, aos dias atuais, a sociologia transita nesse cenário buscando a percepção do que seria o desenvolvimento frente à novas demandas.

Nesse sentido, desenvolvimento e sustentabilidade tornaram-se um só conceito. Não há ou não deve ter, desenvolvimento econômico sem a preservação da vida humana, não há razão de ser. Preservação de vida humana é um conjunto de condições concretas que possibilita todos estar na e usufruir da sociedade organizada. É fato que a riqueza do mundo concentra-se em apenas 1% da população, mas isso não significa que parte dos outros 99% devem viver marginalizados em detrimento do desenvolvimento e aumento da riqueza dessa pequena parcela da sociedade.

CAPÍTULO 3 - O CONTEXTO ESCOLAR E OS PROCESSOS PEDAGÓGICOS DA ÁREA DE SOCIOLOGIA E HUMANIDADES NO ENSINO MÉDIO EM PARANAÍBA - MS

Este capítulo apresenta a pesquisa em si, seu movimento de intervenção e ao mesmo tempo a análise de documentos que regem e orienta o sistema escolar que a escola está inserida. Para ter um entendimento sobre como os temas da Agenda 2030 aparecem no Projeto Pedagógico e no Currículo, realizou-se uma análise detalhada buscando esse alinhamento.

A princípio foi realizado um estudo sobre o contexto escolar. Compreender questões socioeconômicas, o histórico do bairro e da escola, a clientela, o perfil de gestão e outros fatores que estão presentes e interferem no movimento educativo que acontece na escola, foi fundamental para construir um projeto de intervenção que atendesse o objetivo principal da pesquisa e desse contribuições na formação dos estudantes daquela localidade.

Além do estudo do contexto escolar, buscou-se identificar a presença de um alinhamento com o Projeto Pedagógico, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Mato Grosso do Sul com os ODS. Essa busca deu suporte para a elaboração das ações a serem desenvolvidas no projeto de intervenção.

Para desenvolver a pesquisa de intervenção, fez-se necessário compreender a sociologia enquanto componente curricular nesse contexto e sua relação com os ODS como instrumento de ensino e de transformação. A pesquisa como processo de intervenção também foi merecedora de um estudo detalhado, para que de fato, as ações pudessem ser impregnadas do poder de transformação.

Esses elementos são apresentados nesse capítulo desenhando o movimento da pesquisa, o processo de ensino e aprendizagem e principalmente a relevância de trabalhar no contexto escolar questões relacionadas a Agenda 2030. Relevância no sentido de entender que as metas traçadas frente a cada objetivo dizem sobre a vida de cada sujeito e da sociedade como um todo, do sentimento de pertença ao projeto de uma sociedade mais humana e sustentável.

3.1 O contexto da Escola Estadual Manoel Garcia Leal

Antes de avançar em nossa abordagem, examina-se alguns contrastes acerca da Escola Manoel Garcia Leal que faz parte da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. A referida escola é situada na cidade de Paranaíba num bairro distante do centro e atende uma clientela considerada de baixa renda, filhos de trabalhadores. Em seu histórico consta que já foi considerada uma escola de ocorrência de eventos com certo grau de violência e indisciplina entre os estudantes e indisciplina.

O bairro que se encontra a escola é marginalizado. O prédio da instituição passou por recente reforma, no ano de 2022 e 2023, o qual foi totalmente modificado e adequado para as atividades educacionais. Durante o período da reforma, a escola desenvolveu suas atividades no prédio Valmir Lopes Cançado, onde também funciona a Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa.

Atualmente, atende aproximadamente 900 estudantes em três turnos - matutino, vespertino e noturno, consta com 75 professores no quadro de docência, 02 coordenadores e 30 funcionários administrativos. A gestão acontece pelos princípios da gestão democrática com um diretor e um diretor-adjunto, a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Colegiado Escolar. A escola tem como mantenedora a Secretaria de Estado de Educação, se mantém com os recursos do Programa Direto na Escola (PDDE) de origem do Governo Federal, Repasse Financeiro para Manutenção, verba de origem do Governo Estadual e a verba destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também de origem federal.

A Escola tem como documentos norteadores das suas atividades administrativas e pedagógicas, o Regimento Escolar, Resolução /SED n. 4.166, de 08 de março de 2023 e o Projeto Político Pedagógico (PPP). O primeiro versa sobre função, direitos, deveres, sanções e arquivos de todos os segmentos que compõem a Escola. O segundo documento apresenta os valores, missão, objetivos, formas de avaliação e o que entende e pretende como instituição que ensina e promove aprendizagem e desenvolvimento tanto individual como coletivo.

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi o primeiro documento de pesquisa deste trabalho, pois embora seja o norteador das atividades educacionais desenvolvidas ali e deve ser do conhecimento de todos, foi necessário sua análise de forma mais detalhada para compreender em que sentido e quais dimensões a pesquisa de intervenção deveria seguir.

Nesse sentido, faz-se necessário pontuar aqui os principais elementos do Projeto Pedagógico. É colocado como missão da escola a garantia do acesso e permanência no processo de escolarização, atuando de forma acolhedora e respeitando a diversidade em todos seus aspectos, bem como incluir e incentivar a participação da comunidade por meio da gestão democrática e tendo como objetivo a formação integral do estudante, levando -o a ser crítico, autônomo, ético e solidário.

Esse mesmo documento traz como visão da escola a intenção de oferecer e ser reconhecida por oferecer uma escola de qualidade e de colaboração com a transformação da realidade social. Os valores da escola são: Afetividade, Empatia, Ética, Fé, Inovação, Respeito e Excelência.

No PP é apresentado a caracterização do corpo discente da escola. Segundo este documento, a população do bairro é classe média baixa, a maioria tem suas atividades profissionais na informalidade, sem uma renda fixa e sem direitos trabalhistas, o que reflete, segundo está no Projeto Pedagógico, uma alta rotatividade de estudantes durante o ano letivo, pois as famílias buscam a estabilidade financeira. Na caracterização da clientela atendida pela Instituição é pontuado que, pela maioria pertencer a uma social de baixa renda, muitos jovens e adolescentes recebem auxílio de programas do Governo, outros trabalham em empresas como jovens aprendizes, outros trabalham durante o dia e estudam a noite.

É observado também neste documento, que as famílias têm baixa escolaridade, muitos têm apenas o ensino fundamental incompleto, outros têm escrevem apenas o

próprio nome e com certa dificuldade. Poucos pais têm o ensino médio completo ou um diploma de ensino superior.

A escola trata casos de violência no âmbito escolar, na maioria das ocorrências, como algo que é reflexo das vivências cotidianas do estudante, sua realidade de vida. Outro ponto importante apresentado do Projeto Pedagógico é sobre a desigualdade social.

Quanto à desigualdade social, que se torna cada vez mais evidente e visível, a escola está inserida num meio social que tem esta característica e atende, em sua maioria, estudantes que sofrem com esta desigualdade. Sendo assim, tem uma importante tarefa de conscientização, para que os indivíduos não sejam manipulados e percebam as contradições desta sociedade. Pois, assim sendo, existem maiores chances de superação desta realidade. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, p.03, 2022)

A escola tem a consciência que tem a responsabilidade de tratar o tema da desigualdade social de tal forma, a levar o estudante a autonomia, conhecimento e superação da realidade.

Embora conforme já descrito anteriormente que a escola está num bairro de classe social de baixa renda e de certa forma, marginalizado, é pontuado nessa caracterização, que há presença de outras instituições públicas que busca oferecer aos cidadãos suporte na educação e saúde. além dessa escola estadual, há outra escola municipal que oferece o Ensino Fundamental, um Centro de Educação Infantil (CEINF), dois Postos de Saúde, uma Clínica da Mulher e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O bairro também tem uma diversidade comercial significativa.

Ao tomar conhecimento da caracterização da clientela, suas particularidades e também do bairro, instigou ainda mais o desenvolvimento do projeto em parceria com a Universidade, que culminaria numa pesquisa de intervenção, pois diante do quadro fica sugestiva a necessidade de trazer na formação dos estudantes, debates e ações educativas que possibilitam atuarem no sentido de provocar transformação não só da realidade individual, mas também da realidade local, coletiva, considerando que a Agenda 2030 trata a sociedade como um todo a partir da coletividade. Uma sociedade sustentável reflete na vida de todos os cidadãos.

Além do Projeto Político Pedagógico da escola, foi necessário também recorrer ao Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, pois é a partir dele que conteúdos e habilidades, que devem ser desenvolvidas, são determinados dentro da Sociologia enquanto componente curricular do Ensino Médio.

A análise do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul foi necessária no sentido de compreender a dimensão que o ensino de Sociologia é colocado nesse documento e quais processos pedagógicos são esperados que se desenvolva a partir dessa concepção. O Currículo é organizado por áreas de conhecimento de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo que Sociologia está na área de humanas.

A organização curricular dá-se da seguinte forma: Eixo temático; habilidades, objeto de conhecimento e sugestões didáticas para cada componente da área (geografia, filosofia, sociologia e história). Cada ano do Ensino Médio tem um eixo temático. No primeiro ano o eixo temático é Tempo e Espaço, no segundo ano é Território e Fronteiras e no terceiro ano é Indivíduo, Cultura, Política e Ética.

A princípio, o documento traz seis habilidades específicas da área de humanas:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Em geral, as habilidades têm a característica de tratar o tema com amplitude, observa-se que na primeira há vários aspectos a ser explorado no decorrer de desenvolver a habilidade de análises críticas do estudante. Mesmo com esse caráter de ser ampla e envolver diferentes conteúdos, a primeira habilidade abre caminhos para aquilo que o projeto que foi desenvolvido sobre Agenda 2030 e os ODS almeja.

As demais habilidades seguem nesse mesmo viés, amplas, apresentando vários conteúdos e aspectos.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. (MATO GROSSO DO SUL, p.262, 2021)
3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (MATO GROSSO DO SUL, p.277, 2021)
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. (MATO GROSSO DO SUL, p.284, 2021)
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (MATO GROSSO DO SUL, p.290, 2021).

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. . (MATO GROSSO DO SUL, p.295, 2021).

Termos conceituais como sustentabilidade e vulnerabilidade, dentre outros, não aparecem no texto das habilidades, contudo fica evidente que a proposta é acessível a discutir contextos que venham de encontro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis conforme proposto na Agenda 2030.

A Sociologia não tem habilidades específicas como outros componentes curriculares. As habilidades é o que direciona as ações pedagógicas a serem desenvolvidas dentro de um componente curricular.

3.2 Sociologia na Educação Básica

A análise do Projeto Político Pedagógico da escola e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul permitiu a compreensão da Sociologia enquanto componente curricular e que tipo de ensino se espera que a escola Manoel Garcia Leal pretende oferecer. Contudo, foi necessário, para melhor atingir os objetivos do projeto e da pesquisa de intervenção, ter a compreensão da Sociologia dentro do contexto da Educação Básica.

A Sociologia passou a ser componente curricular obrigatório na Educação Básica, no Ensino Médio a partir da Lei n. 11684 de 2008, muito embora ela já tivesse tido outras passagens no currículo das escolas brasileiras.

Segundo Carniel e Bueno (2018), o estudo da sociologia já foi citado na época do Brasil Império, porém em 1925 com a reforma do programa de ensino do Colégio Pedro II houve uma incorporação e propagação do discurso sociológico, reforma esta que foi ampliada nos demais currículos de colégios secundários em 1931. Segundo os autores, esse movimento tornou-se “político e pedagógico que antecipou até mesmo a sua institucionalização nas universidades do país e marcou decisivamente alguns dos principais sentidos e significados que a disciplina pôde adquirir no período” (CARNIEL, BUENO, p. 679, 2018).

Moraes (2011) discute o ensino da Sociologia na Educação brasileira citando outra data e fatos que, segundo ele, estão relacionados. Em 1882 Rui Barbosa traz nos “Pareceres” o que seria o início do ensino de Sociologia na educação brasileira. Segundo Moraes, o projeto de Rui Barbosa não foi aprovado, mas serve como marco na história do ensino de sociologia.

Apesar das iniciativas legais mal-sucedidas, a Sociologia começou a entrar nas escolas nos cursos complementares ou preparatórios e no curso normal, este de formação de professores primários. Nesses começos, o ensino de Sociologia tinha tanto um caráter cientificista quanto uma expectativa cívico-redentorista (MORAES, p.361, 2011).

Ainda segundo o autor, esse caráter cívico-redentorista estava relacionado com a ideia de conhecer a realidade e intervir na realidade e a matéria foi ministrada por médicos, engenheiros e advogados, pois não tinham professores formados na área.

O estudo de Moraes (2011) traz uma cronologia da sociologia, a forma que ela passa a fazer parte da Educação Básica e dos currículos da Universidade, que nos leva a entender seu caráter social e político, principalmente direcionando a importância desse componente curricular estar associados a estudos de temas como o que é proposta nesta pesquisa de intervenção.

Em 1933 foi criado o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELPS). Carniel e Bueno (2018) dizem que em meados da década de 1940 com a consolidação da Sociologia nas Universidades, voltadas para área da pesquisa, ela se esvaiu dos currículos do ensino secundário.

A Reforma Capanema, de 1942, marca o fim da obrigatoriedade do ensino de Sociologia na escola secundária (que durou, repita-se, de 1925 a 1942). A Reforma reorganizou a educação brasileira, em especial redefinindo o ensino secundário, agora dividido em dois segmentos, ginásial (4 anos) e colegial (3 anos), sendo que este se apresentava em dois formatos opcionais para os alunos: clássico e científico, ambos concebidos como preparatórios para o ensino superior; o primeiro mais voltado para as humanidades e o segundo, para as carreiras superiores técnico-científicas (ZOTTI, 2006; PILETTI, 1987 apud Moraes, 2011, p.363).

Entre reformas educacionais e questões políticas no país, como o Golpe de 1964, pode-se dizer que Sociologia e Filosofia foram substituídas pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira.

Na década de 1980, num processo de redemocratização do país, a Sociologia volta aos currículos da educação básica.

Um momento em que o processo de redemocratização do Estado brasileiro, atravessado pela gramática da cidadania e da inclusão, apresentou um ambiente novamente favorável ao retorno da disciplina aos bancos escolares. Nesse percurso recente, a Sociologia voltou a integrar os currículos da educação básica. Primeiramente, em 1997, tal qual conhecimento transversal aos conteúdos regulares da educação básica; posteriormente, em 2008, enquanto componente curricular obrigatório em todos os anos do ensino médio brasileiro (CARNIEL, BUENO, 2018, p. 680).

Com a Reforma do Ensino Médio em 2017, os componentes curriculares de Sociologia e Filosofia tornaram-se optativos. Porém no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, Sociologia compõe a Formação Geral Básica na área de Ciências Humanas e Sociais, sendo obrigatória, tendo uma aula semanal nos três anos do Ensino Médio.

Os componentes curriculares Geografia, História, Filosofia e Sociologia têm como proposta desenvolver ações pedagógicas integradoras e articuladas, que valorizem o protagonismo juvenil, buscando alcançar a preparação básica para a pesquisa científica e desenvolvimento da cidadania e autonomia do estudante (MATO GROSSO DO SUL, p.91, 2021).

Vargas (2011) em seu artigo sobre o ensino de sociologia, considerando-a uma disciplina que busca reconhecimento, diz que o ensino da sociologia voltou a ser obrigatório num momento que o cenário da educação passa por reforma, mudanças e crise do modelo tradicional, o que dificulta a consolidação do ensino deste componente curricular e além destes, outros fatores contribuem para tornar o ensino de sociologia mais problemático que dos demais componentes curriculares.

Presume-se que as ciências sociais ocupem um lugar periférico na hierarquia dos saberes e práticas escolares, o que se reflete tanto nas condições objetivas do ensino da disciplina nos currículos escolares, como na condução das estratégias e práticas pedagógicas. Estima-se, ainda, que o desenvolvimento de uma percepção e sensibilidade sociológicas encontra fortes obstáculos nos valores culturais mais amplos e nas formas de organização social típicas de sociedades individualistas, materialistas e competitivas. (VARGAS, 2011, p.03)

O autor faz uma análise sobre as fragilidades que pairam sobre o ensino de sociologia na educação básica, desde o cumprimento da obrigatoriedade e não de considerar o caráter de uma formação mais humanística que a disciplina tem à formação de professores e pesquisas na área. Para o autor, o conhecimento gerado pelo ensino de sociologia é considerado secundário, marginal e periférico em relação aos demais saberes consolidados na prática escolar.

Perante o estudo dos autores aqui citados sobre o ensino de sociologia, é notório a necessidade desta disciplina ser protagonista dentro do currículo escolar, como Vargas afirma sobre o desafio,

desenvolver e apurar o olhar e a sensibilidade sociológica é, em si mesmo, um projeto social, político e humano que se insere na disputa pela construção de um tipo de educação e mesmo de sociedade para as quais a “formação” não pode ser reduzida a um meio de adaptação a um modelo competitivo de

sociedade, mas de construção aberta e crítica de sujeitos e relações sociais.(2011, p.10)

Pautado nesse desafio do ensino de sociologia citado pelo autor e pela proposta de educação da escola pontuado no Projeto Pedagógico, somado ao Currículo de Referência do Estado, é que o estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentro de uma pesquisa de intervenção foi direcionado, considerando que os ODS proposta na Agenda 2030 trata as questões ambientais e humanas dentro da mesma esfera.

3.3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto escolar

Conforme citado anteriormente neste trabalho, o projeto inicia com a parceria da Universidade, desenvolvido nas aulas de sociologia, que culminou numa pesquisa de intervenção dentro do espaço escolar.

Nesse sentido, discutiremos a importância e desafios de desenvolver um trabalho de estudo dos ODS no contexto escolar apresentado e dentro do componente curricular de sociologia. Os elementos em tela - espaço escolar, sociologia, ODS, vem de encontro com que alguns órgãos multilaterais vêm propondo há alguns anos como diretrizes para mudar formas de pensar e agir, tendo o espaço escolar e processos educacionais como meio ideal de promover tais transformações.

A promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) surgiu no ano de 1992, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs ações educacionais que contribuíram para a mudança do modo de pensar e agir das pessoas em toda parte do mundo. Há de se destacar a liderança da UNESCO na proposição da Década das Nações Unidas para a EDS, período que foi de 2005 a 2014. Em continuidade, surge o Programa de Ação Global, que tem como intuito impulsionar as atuações para a transformação do estilo de vida das pessoas. Cabe aos sistemas de ensino corresponder às demandas específicas da sociedade contemporânea, contribuindo para as aprendizagens condizentes com os princípios da sustentabilidade, bem como, o desenvolvimento de habilidades e valores éticos nos indivíduos (PIMENTEL, 2019, p. 24)

O autor traz que o histórico da proposta de uma Educação para o desenvolvimento Sustentável já percorre três décadas arraigados não só a questões ambientais, como também com o desenvolvimento humano na sua forma de relacionar com o mundo, com o outro e consigo mesmo.

Com o lançamento da Agenda 2030 no ano de 2015, a educação foi considerada um canal de alto valor para somar nos esforços de alcançar os dezessete objetivos dos ODS. Em 2018, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO) lançou o documento intitulado de Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de Aprendizagem.

É necessário uma mudança fundamental na maneira como pensamos o papel da educação no desenvolvimento global, porque ela tem um efeito catalisador sobre o bem-estar das pessoas e para o futuro do nosso planeta. Agora, mais do que nunca, a educação tem a responsabilidade de se alinhar com os desafios e aspirações do século XXI, e promover os tipos certos de valores e habilidades que irão permitir um crescimento sustentável e inclusivo, e uma convivência pacífica (UNESCO, 2018, p.07)

É com base nesse conceito de uma educação que interfere no comportamento das pessoas, gera mudanças e assume o caráter da inclusão, da sustentabilidade e a convivência pacífica, que o documento foi pensado, é nesse sentido que é proposto a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Nesse viés é destacado a meta 4.7 dos ODS que define de forma clara e específica o papel da educação nesse contexto de desenvolvimento sustentável em suas relações ecológicas e humanas.

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2018, p.08)

Com base nessa meta, o documento proposto pela UNESCO, que visa destacar os objetivos de aprendizagens e o papel da educação dentro da Agenda 2030, traz também as competências-chave da sustentabilidade, que é o que acredita que um cidadão precisa para lidar com os desafios atuais do século XXI. São elas:

- **Competência de pensamento sistêmico** - habilidade de reconhecer e compreender relacionamentos; analisar sistemas complexos; pensar como os sistemas são incorporados dentro de diferentes domínios e diferentes escalas; e lidar com a incerteza.
- **Competência antecipatória** - habilidade de compreender e avaliar vários futuros - possíveis, prováveis e desejáveis; criar as próprias visões para o futuro; aplicar o princípio da precaução; avaliar as consequências das ações; e lidar com riscos e mudanças.
- **Competência normativa** - habilidade de entender e refletir sobre as normas e os valores que fundamentam as ações das pessoas; e negociar valores, princípios,

objetivos e metas de sustentabilidade, em um contexto de conflitos de interesses e concessões, conhecimento incerto e contradições.

- **Competência estratégica** - habilidades de desenvolver e implementar coletivamente ações inovadoras que promovam sustentabilidade em nível local e em contextos mais amplos.
- **Competência de colaboração** - habilidade de aprender com os outros, compreender e respeitar as necessidades, as perspectivas e as ações de outras pessoas (empatia); entender, relacionar e ser sensível aos outros (liderança empática); lidar com conflitos em um grupo; e facilitar a colaboração e a participação na resolução de problemas.
- **Competência de pensamento crítico** - habilidade de questionar normas, práticas e opiniões; refletir sobre os próprios valores, percepções e ações; e tomar uma posição no discurso da sustentabilidade.
- **Competência de autoconhecimento** - habilidade de refletir sobre o próprio papel na comunidade local e na sociedade (global); avaliar continuamente e motivar ainda mais as próprias ações; e lidar com os próprios sentimentos e desejos.
- **Competência de resolução integradora de problemas** - habilidade de aplicar diferentes marcos de resolução de problemas para problemas complexos de sustentabilidade e desenvolver opções de solução viáveis, inclusivas e equitativas que promovam o desenvolvimento sustentável, integrando as competências mencionadas anteriormente.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar o que BNCC define como competência,

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p.08).

Logo, as competências da sustentabilidade vem no sentido que o estudante precisa desenvolvê-las para atuarem de forma ativa e participativa na construção de um mundo sustentável, inclusivo, que respeite as diferentes formas de culturas. É formar um cidadão que de fato entenda o seu contexto de vida, o contexto local e global, que ações e valores tem efeito de mudanças no mundo.

As competências da sustentabilidade visam a formação humana nas suas diversidades, na sua relação com o outro e com o mundo, entendendo o conceito de sustentabilidade para além do meio ambiente e de recursos, mas também do ser humano enquanto pessoa que habita lugares, espaços e utiliza os diferentes recursos na sua sobrevivência e vivência.

Visto quais são as competências que pretende desenvolver no estudante, a UNESCO apresentou os objetivos específicos de aprendizagem para os ODS em três campos: cognitivo, socioemocional e comportamental.

Campo cognitivo compreende conhecimento e habilidades de pensamento necessários para compreender melhor os ODS e os desafios para alcançá-los.

Campo socioemocional inclui habilidades sociais que permitem que os educandos colaborem, negociem e se comuniquem para promover os ODS, bem como habilidades de autoreflexão, valores, atitudes e motivações que permitem que os educandos se desenvolvam.

Campo comportamental descreve competências de ação (UNESCO, 2017, p.11)

Segue abaixo o quadro dos objetivos específicos para o ODS 1 para os três campos.

1.2.1 Erradicação da pobreza - acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Tabela 1. 1.2.1 Objetivos de aprendizagem para o ODS 1 “Erradicação da pobreza”

<p>Objetivos de aprendizagem cognitiva</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O educando entende os conceitos de pobreza extrema e relativa e é capaz de refletir criticamente sobre as premissas e as práticas culturais e normativas subjacentes a eles. 2. O educando tem conhecimento sobre a distribuição local , nacional e global da extrema pobreza e da extrema riqueza. 3. O educando tem conhecimento sobre causas e impactos da pobreza, como a distribuição desigual de recursos e de energia, colonização, conflitos, tragédias causadas por desastres naturais e outros impactos induzidos por mudanças climáticas, degradação ambiental e desastres tecnológicos, além da falta de sistema e medidas de proteção social. 4. O educando entende como extremos de pobreza e extremos de riqueza afetam as necessidades e os direitos humanos fundamentais. 5. O educando tem conhecimento sobre estratégias e medidas de redução da pobreza e é capaz de distinguir entre abordagens
--	---

	baseadas em déficit e abordagens baseadas em fortalecimento para lidar com a pobreza.
Objetivos de aprendizagem socioemocional	<ol style="list-style-type: none"> 1. O educando é capaz de colaborar com os outros para empoderar indivíduos e comunidades de forma a influenciar a mudança na distribuição de poder e recursos na comunidade e em outras instâncias. 2. O educando é capaz de aumentar a consciência a respeito de extremos de pobreza e de riqueza e incentivar o diálogo sobre as soluções. 3. O educando é capaz de mostrar sensibilidade para as questões da pobreza, bem como empatia e solidariedade com os pobres e aqueles em situação de vulnerabilidade. 4. O educando é capaz de identificar suas experiências pessoais e preconceitos em relação à pobreza. 5. O educando é capaz de identificar criticamente sobre o próprio papel na manutenção de estruturas globais de desigualdade.
Objetivos de aprendizagem comportamental	<ol style="list-style-type: none"> 1. O educando é capaz de planejar, implementar e replicar atividades que contribuem para a redução da pobreza. 2. O educando é capaz de exigir e apoiar publicamente o desenvolvimento e a integração de políticas que promovam a justiça social e econômica, as estratégias de redução de riscos e ações de erradicação da pobreza. 3. O educando é capaz de avaliar, participar e influenciar o processo de decisão sobre estratégias de gestão de empresas locais, nacionais e internacionais relativas à geração de erradicação da pobreza. 4. O educando é capaz de incluir considerações sobre redução da pobreza, justiça social e combate à corrupção em suas atividades de consumo. 5. O educando é capaz de propor soluções para resolver os problemas sistêmicos relacionados à pobreza.

Fonte: Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- UNESCO. 2017. p.12.

Na tabela 1, ao observar os objetivos específicos de cada campo, nota que o cognitivo trata o tema de forma científica com a compreensão do problema, dados e definições são elementos que conduzem o aprendizado sobre o tema em estudo. No socioemocional, a sensibilização sobre o tema é o foco. Seria a consequência em ações após ter compreensão do problema, é ganhar consciência sobre a questão em estudo. Reflexão é uma ação prevista para esse campo. No campo comportamental, são previstas ações que ressaltam a importância do agir, seja ele individual ou coletivamente. Avaliar, propor, exigir ações eficientes e apoiar posicionamentos é o esperado nesse campo. As tabelas referentes aos demais objetivos estão disponibilizadas nos anexos deste trabalho.

Esse documento de suma importância para a Educação elaborado pela UNESCO traz sugestões e exemplos de ações que podem conduzir a esse desenvolvimento no educando. A seguir tem os quadros 06 e 07 com essas sugestões para o ODS 1.

Quadro 06 - 1.2.1a Tópicos sugeridos para os ODS 1 “Erradicação da pobreza”

<p>Definição de pobreza.</p> <p>Distribuição global, nacional e local da pobreza extrema e da riqueza extrema, assim como suas razões.</p> <p>A importância dos sistemas e das medidas de proteção social.</p> <p>A importância da igualdade de direitos e recursos econômicos, bem como ao acesso e serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento.</p> <p>Condições de trabalho relacionado com a pobreza, como fábricas que exploram os trabalhadores, trabalho infantil e escravidão moderna.</p> <p>Resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Consequências da pobreza, como desnutrição, mortalidade infantil e materna, criminalidade e violência.</p> <p>Cooperação para o desenvolvimento.</p> <p>Marcos de políticas nos âmbitos local, nacional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento favoráveis aos pobres e sensíveis a gênero.</p>
--

Fonte: Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- UNESCO. 2017. p.13.

A tabela 1 e o quadro 06 trazem a princípio o que seria a contribuição de trabalhar os ODS nas escolas. Na tabela, primeiro sugere ensinar os conceitos, o educando entender sobre as questões de extrema pobreza, distribuição de renda e outros. É sugerido também nos objetivos socioemocionais, o despertar a consciência, a tomada de atitude enquanto cidadão que está inserido num coletivo regido por relações políticas e, por último, a habilidade de se posicionar, de ser crítico e político. A análise da tabela e do quadro relacionada com as seis habilidades da área de humanas anunciadas anteriormente, sinaliza a contribuição que a Sociologia, enquanto componente curricular, pode oferecer ao estar atuando no sentido de propagar o que a Agenda 2030 propõe para a humanidade e principalmente, o quanto o conhecimento e o posicionamento crítico e político é fundamental para que os objetivos e metas sejam perseguidos e atingidos.

O quadro 07, na sequência de nortear o trabalho que pode ser realizado nas escolas com o tema, apresenta exemplos e sugestões de como explorar e desenvolver atividades educacionais que venham de encontro com os ODS.

Quadro 07. 1.2.1b Exemplos de abordagens e métodos de aprendizagem para o ODS1
“Erradicação da pobreza”

Desenvolver parcerias entre escolas e Universidades de diferentes regiões do mundo (Sul e Norte; Sul e Sul)

Planejar e executar uma campanha de conscientização sobre a pobreza local e globalmente.

Planejar e executar uma empresa estudantil que venda produtos de comércio justo.

Planejar e implementar oportunidades locais de aprendizagem em serviço e/ou engajamento para empoderar as pessoas pobres, reduzindo sua vulnerabilidade a diferentes tipos de riscos e aumentando sua resiliência - em colaboração com ONGs, o setor privado e/ou grupos comunitários etc.

Realizar um estudo de caso sobre a pobreza e a riqueza em países selecionados (por meio de pesquisas documentais) ou no nível local (por meio de excursões, da realização de entrevistas etc)

Proporcionar estágios dentro de organizações que abordam a pobreza.

Desenvolver um projeto de pesquisa baseado na questão: “A pobreza está aumentando ou diminuindo?”

Fonte: Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- UNESCO. 2017. p.13.

O quadro 06 traz sugestões de tópicos para o estudo teórico de forma que vá ampliar o conhecimento do estudante e aprofundar no tema. O quadro 07 apresenta exemplos de ações que possibilitam uma metodologia voltada à prática.

De forma análoga é feito também para todos os outros dezesseis ODS. Logo, fica claro que a proposta não é apenas jogar o tema e realizar um planejamento de aula que contemple o estudo. Trabalhar com os ODS na educação prevê que o estudante aprenda sobre o tema de forma consistente e científica, forme opiniões sobre, julgue, reflita e tome atitudes quanto a localidade ou globalmente. Ações que envolvem a comunidade tem o efeito local, o posicionamento, a argumentação, a participação nos debates e principalmente o exigir de autoridades o cumprimento de metas, tem o efeito para além da localidade.

Logo, trabalhar os ODS no componente curricular de Sociologia, pautado no tipo de cidadão que a escola pretende formar segundo seu Projeto Pedagógico, é um alinhamento favorável que reflete na qualidade da formação dos estudantes.

Esse documento elaborado pela UNESCO é o marco de como a Educação deve assumir sua responsabilidade com a Agenda 21. Não há outra literatura que trate como devem ser trabalhados os ODS na Educação, há produções científicas e artigos pautadas nesse guia da UNESCO. Então se a ideia é trabalhar os ODS na escola, é por esse material que deve ser norteado. Nesse mesmo documento é colocado como implementar a

aprendizagem para os ODS através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Nesse sentido, o guia apresenta cinco tópicos essenciais para a implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para aprendizagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. São eles:

1. Papel da política na implementação de políticas, estratégias e programas de promoção da EDS.
2. Relevância e o Estado da Arte na integração da EDS aos currículos.
3. Relevância da formação de professores para facilitar a EDS.
4. A instituição e pedagogias transformadoras.
5. Como avaliar os resultados da aprendizagem e a qualidade dos programas no contexto da EDS.

Sobre o primeiro item, a questão das políticas voltadas à promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável é importante destacar que precisa de um alinhamento das políticas e do currículo. Conforme já dito anteriormente, o currículo traz habilidades amplas, que dá uma abertura para que os temas discutidos na Agenda 2030 sejam abordados. Contudo, não há uma abordagem colocando a Agenda 2030 e os ODS dentro do currículo ou uma diretriz que associe essa temática ao currículo.

Na busca de documentos oficiais que versam sobre associar o estudo das questões abordadas pela Agenda 2030 no ensino, não foi encontrado nada a respeito, foi notado que no Brasil não há política específica voltada a isso. Contudo, a legislação - o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Curricular Comum e os Currículos locais, tratam de temas voltados correlacionados com a EDS e os ODS.

Sobre a legislação, pode-se destacar a Resolução n.02 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, considerando que a Constituição Federal de 1988, inciso VI do § 1.º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

A Resolução traz o caráter do pluralismo, do desenvolvimento da ética, da relação do homem com ele e com seus pares, do cuidado com o meio ambiente, entre outros. O texto deste documento é alinhado com a implementação da EDS e possibilita que as escolas adotem em seus Projetos Pedagógicos ações voltadas a este tema. É fundamental que as escolas sejam incentivadas a conhecer e contemplar nos seus projetos o compromisso com a Agenda 2030, com os ODS, porque embora não haja uma política

voltada para isso, há uma legislação que determina que temas dessa natureza estejam nos currículos.

Nos artigos abaixo esse alinhamento fica de forma bem clara.

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. (BRASIL, 2012, p. 02)

O artigo 2º que trata a educação ambiental como uma prática social, destacando a relação consigo mesmo e com seus pares seguidos dos demais artigos que traz conceitos como valores sociais, justiça e equidade socioambiental, trabalho e consumo mostram que mesmo não tendo uma diretriz que associa os ODS com o ensino e com o currículo, há uma abertura para que eles estejam presentes nos processos de ensino e aprendizagem.

Os artigos apresentados acima mostram essa margem da educação ambiental como uma das vertentes dos currículos. Contudo, essa temática não pode ficar apenas no segundo plano, deve ter a importância de assegurar uma abordagem com mesmo peso que demais conteúdo dos currículos.

As dez competências gerais da educação estão relacionadas com questões do pluriculturalismo, diversidade, equidade entre outros, porém a competência de número sete e de número dez destaca um alinhamento mais próximo a EDS.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em

princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, p. 10)

Essas duas competências falam sobre a consciência socioambiental, consumo responsável, cuidado com si mesmo, com o outro e com planeta e princípios sustentáveis. Então fica claro que a BNCC tem o olhar para uma educação que desenvolva habilidades que atenda o desenvolvimento sustentável.

A BNCC, que orienta os currículos locais, traz essas propostas sem ressaltar a importância de coloca-la como um dos conteúdos protagonistas do ensino. O cuidar de si, do outro, a abordagem de valores éticos e democráticos são cada vez mais urgentes nas conjecturas políticas e sociais que perduram no mundo. O desenvolvimento de consciência política, democrática, de justiça, de equidade nunca se fez tão necessário quanto no quadro atual das sociedades. Os currículos precisam trabalhar tais temas mostrando que há planos e projetos para que o mundo seja um lugar mais justo, sustentável e acessível a todos. Nesse sentido, não basta listar competências e habilidades, é preciso mostrar o percurso a ser feito e o peso disso na educação.

O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, no mesmo viés da BNCC, traz catorze temas contemporâneos, são eles:

1. O Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
2. Direitos das Crianças e dos Adolescentes
3. Educação em Direitos Humanos
4. Educação Ambiental
5. Educação para o Trânsito
6. Educação Alimentar e Nutricional
7. Educação Fiscal
8. Educação Financeira
9. Saúde, Sexualidade e Gênero, Vida Familiar e Social
10. Respeito, Valorização e Direitos dos Idosos
11. Conscientização, Prevenção e Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)
12. Cultura sul-mato-grossense e diversidade cultural
13. Superação de Discriminações e Preconceitos como Racismo, Sexismo, Homofobia e Outros
14. Cultura Digital

A maioria deles tem orientações voltadas a um trabalho pedagógico que permite serem correlacionados com os ODS, contudo, o tema de número quatro, Educação

Ambiental mostra um maior pareamento com a EDS por se tratar da educação ambiental como um trabalho individual e coletivo de forma que reflita na sociedade. O conceito de sustentabilidade também aparece. Novamente fica evidente esse alinhamento, essa abertura com os ODS. São pontos essenciais, mas que precisam ser orientados dentro dos componentes curriculares e associados a necessidade de abordar a Agenda 2030 e os ODS.

A Educação Ambiental desenvolvida na escola constitui-se pelo princípio de sensibilização e formação crítica de cidadãos conscientes de suas ações em relação ao mundo em que vivem. De acordo com a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, a Educação Ambiental é entendida como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e sua sustentabilidade. (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 37)

O currículo de Mato Grosso do Sul também orienta as escolas a colocarem nos Projetos Pedagógicos o estudo do tema.

Sobre a integração dos currículos e Projetos Pedagógicos, a UNESCO orienta que precisa de mudanças aprofundadas que garantam conteúdos relevantes, objetivos de aprendizagem e prática de aprendizagem de EDS.

Para que isso ocorra, a EDS não deve, em primeiro lugar, ser vista como uma educação adjetiva ou uma disciplina isolada. Por exemplo, na educação escolar, deve tornar-se parte integrante do ensino e aprendizagem de disciplinas básicas (por exemplo, matemática, ciências, estudos sociais e línguas). Em segundo lugar, é importante que os objetivos de aprendizagem, métodos de ensino e aprendizagem e medidas de avaliação estejam estreitamente alinhados de forma a se reforçarem mutuamente. Terceiro, devem ser estabelecidos objetivos de aprendizagem progressivos, ou seja, uma aprendizagem que constrói competências de nível para nível (andaime) (UNESCO, 2017, p. 50).

Considerando que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável abrange uma dimensão ampla no sentido de desenvolver habilidades, que reflita no comportamento da sociedade como um todo, que toca em questões sensíveis da sociedade moderna, como a fome, pobreza, vulnerabilidade e outros, o sujeito que estará a frente disso é o professor, logo deve ser oferecido a ele condições de desenvolver suas práticas pedagógicas, conhecimento e ações que sustentem esse propósito. Em Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação oferece cursos online para os professores e a temática de desenvolvimento sustentável é contemplada, contudo não há um trabalho específico voltado à Agenda 2030.

Em 2014, a UNESCO colocou que os esforços para implementação da EDS não avançaram o suficiente. Pontuou que havia necessidade de reorientar os docentes para conseguirem fazer uma abordagem da EDS em termos de conteúdo e métodos de ensino (UNESCO, 2014b).

A UNESCO ainda propõe que para a implementação da EDS é preciso uma pedagogia transformadora orientada para a ação. Essa pedagogia centra-se em colocar o estudante num movimento de busca do conhecimento a partir das suas experiências e contexto social, a reflexão nesse processo é um exercício constante. A dinâmica e o agir sobre o objeto conduz o aprendiz a ação e nesse processo acontece a transformação.

Diante do exposto em tela, fica notório que os temas relacionados a Agenda 2030, os ODS e a implementação de uma EDS não são considerados temas de um trabalho pedagógico ou projeto que aprofunde e desenvolva atividades voltadas a atingir os objetivos, estão ali em documentos, diretrizes, currículo e Projeto Pedagógico, porém sem aprofundamentos. As parcerias com Universidades, semelhante ao projeto que resultou nesta pesquisa de intervenção, seria o canal mais adequado para que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável de fato aconteça.

3.4 Desafios da educação brasileira para implementar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável

É fato que o Brasil fez um percurso positivo no desenvolvimento da educação, contudo há questões que assolam e preocupam. Por ser um país de grande extensão territorial e expressivas diferenças sociais, problemas como ingresso e permanência na escola, o nível de aprendizagem dos estudantes, evasão e repetência, violência nas escolas, formação e remuneração de professores, entre outros, são fatos que o Brasil ainda precisa solucionar.

Nesse sentido, a educação voltada a desenvolver competências para a sustentabilidade no contexto brasileiro, requer discussões associadas a essas questões que são apontadas como problemas.

Akkari (2017) fez um estudo sobre a Agenda Internacional para a Educação 2030. Neste estudo, associando alguns documentos e declarações de eventos internacionais e a Agenda 2030, o autor pontuou seis orientações sobre o previsto para a educação até 2030.

A primeira, segundo o autor citado, orienta para uma educação inclusiva e justa. O aspecto humanístico “e na dignidade, na justiça social, inclusão, proteção, diversidade

cultural, linguística e étnica, bem como na responsabilidade e prestação de contas partilhadas por todos os interessados” é o traço dessa primeira orientação. (AKKARI, 2017, p. 943)

Ao se falar numa educação justa e inclusiva, toca aspectos sociais de grande importância no contexto brasileiro, é sobre incluir grupos marginalizados, é garantir educação do mais pobre ao mais favorecido, é discutir direitos de aprendizagens igualitários e formas de garantir políticas eficientes voltadas a isso.

A segunda orientação apresentada é a extensão da duração da escolaridade. Embora o autor cita que esta orientação desconsidera a realidade de muitos países, que devido a fatores econômicos a ampliação da escolaridade não é viável, o Brasil já promoveu essa extensão colocando o Ensino Fundamental de nove anos obrigatório.

A terceira orientação para a Agenda da Educação 2030 trata-se de uma educação de qualidade. Nessa orientação o conceito de educação de qualidade engloba questões de bons resultados de aprendizagem, bem como de ações voltadas a promover a educação a níveis melhores, como recursos, investimentos, políticas de formação de professores, autonomia aos professores.

De acordo com as competências para a sustentabilidade, com os fundamentos da Escola para o Desenvolvimento Sustentável, a qualidade na educação é além do domínio da escrita, leitura, cálculo e habilidades que permite o sujeito a resolver situações problemas.

A quarta orientação observada é a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e da Educação para a Cidadania Mundial, as quais “desenvolvem as competências, os valores e as atitudes que permitem aos cidadãos levar uma vida saudável e gratificante, para tomar decisões conscientes e enfrentar os desafios locais e globais”. (AKKARI, 2017, p. 946).

A quinta orientação é sobre a Aprendizagem ao longo da vida, o que remete a promoção da educação básica, técnica e profissional, do acesso à Universidade e Faculdades, associado à qualidade.

A sexta orientação seria educação nas zonas de conflitos, sendo este uma fragilidade na sociedade mundial, pois há urgência em muitas localidades de primeiro garantir a sobrevivência em meio a crises humanitárias e conflitos para depois pensar em sustentabilidade.

A análise destas seis orientações identificadas na Agenda Internacional para a Educação 2030 faz-se necessária no sentido de olhar para o cenário da educação brasileira, identificando suas políticas e avanços e as possibilidades de atender essa agenda, onde a EDS está vinculada.

Sabe-se que o Brasil avançou muito nas últimas décadas no cenário da educação, Castro e Leite (2006) no artigo publicado no Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde as autoras faz um estudo sobre atrasos, conquistas e desafios da educação no Brasil, elas pontuam que,

A educação no Brasil apresentou avanços consideráveis. O ensino básico se expandiu, chegando praticamente à universalização. A educação superior cresceu a taxas significativas e nossas pós-graduações são destaque em termos de desempenho e de integração com o setor produtivo e o setor de ensino de segundo e terceiro graus. Tudo indica que nosso sistema educacional contribuiu nos últimos anos para a queda do grau de desigualdade de renda, muito embora em conjunto com outras políticas. Mas muito ainda está por fazer. Não se pode ignorar que o salto dado pela educação fundamental vem acompanhado da manutenção de níveis preocupantes de qualidade, que a evasão escolar continua muito alta e que a defasagem idade-série é elevada. É necessário repensar as prioridades, uma vez que o Brasil – que ainda tem severos problemas na educação fundamental básica e média – gasta muito com a educação superior, concorrendo com os demais níveis educacionais. (CASTRO, LEITE, 2006, p. 218).

Não cabe aqui um estudo mais detalhado sobre dados e estatística da evolução da Educação brasileira sobre as questões que emergem nesse cenário, contudo, o apontamento das autoras é visível quando observado principalmente para a localidade.

A escola que foi realizada a presente pesquisa faz parte de uma realidade favorável, está localizada num bairro de trabalhadores, embora a comunidade atendida tem certos pontos de vulnerabilidade, como baixa renda, violência, entre outros, é uma escola recém reformada, com estrutura de qualidade, que serve alimentação escolar de boa qualidade, com acesso a aparatos tecnológicos, todos professores com graduação na sua área de atuação e grande parte com pós-graduação, os estudantes recebem material escolar e uniformes, há projetos sendo desenvolvidos na escola, recebe apoio do Conselho Tutelar para garantir a permanência do estudante na escola, tem uma gestão onde há participação de membros da localidade por meio da Associação de Pais e Mestres (APM) e Colegiado Escolar e tem parceria com as duas Universidades públicas da cidade por meio de programas e projetos.

Contudo, na dimensão do Brasil e suas desigualdades, essa realidade não é a de todas as instituições escolares do país. Esse panorama leva a refletir que a educação

brasileira ainda tem princípios básicos para serem alcançados, mas não de menor ou maior importância que implantar uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

A educação pautada para o desenvolvimento sustentável conforme visto nos ODS não é algo separado, a parte ou uma tarefa descontextualizada da realidade, mas sim, um princípio de educação integral, que absorve todas as competências necessárias e previstas para o desenvolvimento do estudante.

Na análise do Projeto Pedagógico da escola, da BNCC, do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul e da Resolução do Conselho Nacional de Educação sobre educação ambiental, contrapondo com os Objetivos de Aprendizagem proposto pela UNESCO, mostra que precisa de um maior alinhamento da educação escolar com a EDS no sentido de não serem separadas.

3.5 A pesquisa de intervenção na Escola Estadual Manoel Garcia Leal

De acordo com que já foi contextualizado sobre uma Educação pautada no Desenvolvimento Sustentável e da importância dos objetos de aprendizagem para os ODS, será descrito e analisado a ação pedagógica de intervenção realizada na escola. Para isso, foi necessário primeiro ter o conceito da pesquisa de intervenção. De acordo com Rocha (2003), a pesquisa-intervenção tem como objetivo investigar a diversidade qualitativa de um grupo social, de uma coletividade, onde, “acentua-se todo o tempo o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos” (2003, p.67).

A necessidade de compreender o conceito de pesquisa de intervenção, fez-se essencial para melhor escolher os instrumentos que seriam utilizados nesse processo, que almejava a transformação nos estudantes, ao menos na compreensão dos aspectos que envolvem a proposta de mudar a forma de se relacionar com o mundo, com as pessoas com os problemas que assolam a humanidade. Essa transformação está relacionada com aspectos sociais e políticos.

O processo de formulação da pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. O que se coloca em questão é a construção de uma “atitude de pesquisa” que irá radicalizar a ideia de interferência na relação sujeito/objeto pesquisado, considerando que essa interferência não se constitui em uma dificuldade própria às pesquisas sociais, em uma subjetividade a ser superada ou justificada no tratamento dos dados, configurando-se, antes, como condição ao próprio conhecimento (ROCHA, 2003, p. 67).

Essa relação do sujeito com o objeto é a condição que levará ao conhecimento. A pesquisa de intervenção se diferencia das demais por esse caráter, onde o pesquisador “identifica o problema e decide como fará para resolvê-lo, embora permaneça aberto a críticas e sugestões, levando em consideração as eventuais contribuições dos sujeitos-alvo da intervenção, para o aprimoramento do trabalho” (DAMIANI *et al*, 2013, p.60).

Rocha (2003) fez uma discussão sobre os pressupostos teóricos-metodológicos da pesquisa de intervenção que tem ganhado espaço na educação, onde ela traz aspectos da filosofia e da psicologia sobre tal abordagem. Para ela, esse tipo de pesquisa não provoca mudanças no ato da intervenção, pois essa mudança esperada vem como consequência da modificação da relação entre teoria e prática e sujeito e objeto. “No âmbito da Sociologia, a questão se vincula à afirmação de uma micropolítica do cotidiano construindo uma trajetória concreta dos movimentos” (ROCHA, 2003, p. 71).

De acordo com Damiani (*et al* 2003) ao produzir um relato da pesquisa de intervenção deve-se ter o rigor de descrevê-la de forma detalhada para que não se assemelhe a um relato de experiência.

O método das pesquisas do tipo intervenção pedagógica envolve planejamento e implementação de uma interferência e a avaliação de seus efeitos. Assim, como já discutido, nos relatórios desse tipo de pesquisa, na parte dedicada a apresentar o método, devem ser identificados e separados esses dois componentes principais: o método da intervenção (método de ensino) e o método da avaliação da intervenção (método de pesquisa propriamente dito) (DAMIANI *et al*, 2013, p. 62).

Segundo a autora citada, ao descrever o método de intervenção, deve-se deixar claro o embasamento teórico que conduziu a pesquisa, focando, no caso de uma intervenção pedagógica, na atuação enquanto professor e não pesquisador, a intervenção em si, detalhando a descrição da ação desenvolvida.

Ainda ancorado na autora, descrever o método de avaliação da intervenção requer “descrever os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para capturar os efeitos da intervenção”. Nessa fase, entra em atuação o pesquisador, assemelha-se à pesquisa empírica. (DAMIANI *et al*, 2013, p. 62).

Pautado nestes pressupostos, a pesquisa intervenção realizada na escola de educação básica, nas aulas de sociologia e com estudantes do Ensino Médio é apresentada com os cuidados e rigor necessários, para que possa colaborar com produção de conhecimento e com o campo de pesquisa na área da educação.

3.6 Descrevendo o percurso de intervenção enquanto atividade extracurricular

Como já dito anteriormente nesta pesquisa, eu como professor tinha uma inquietação em propor algo nas aulas de sociologia que pudesse fugir do modo mais comum de dar aulas de disciplinas das áreas de humanas, que na maioria são utilizados textos e explicação ou debates. O propósito era que as aulas pudessem provocar uma reflexão e dinâmica na formação dos estudantes. Com a aproximação entre Universidade e Escola surgiu a oportunidade de elaborar um projeto que viesse de encontro a essa inquietação. Assim surgiu o projeto “Agente Estudantil do Milênio”.

A ideia do Projeto era trazer o estudo dos 17 ODS da Agenda 2030 para as aulas de sociologia, associando-os à realidade local e possibilitando uma formação mais humanizada, crítica e um cidadão consciente e participativo da sua relação com o mundo, com as pessoas, com questões sociais e humanitárias. Nesse sentido, a intervenção planejada a acontecer, seria aquela que vem de encontro a habilidade descrita no currículo:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, p. 10)

De forma semelhante, a habilidade das áreas de humanas prevista no currículo, lembrando que não há habilidades específicas de Sociologia, permite um alinhamento com a pesquisa de intervenção proposta na escola, como visto na habilidade número 1

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Feitas estas considerações, passamos abordar como se deu a prática. Neste sentido, o nosso primeiro passo foi de fazer um estudo aprofundado sobre a Agenda 2030, dos

ODS. Nesse percurso foi verificado que esse trabalho não deveria acontecer de forma isolada, mas deveria ser integrado nas práticas educativas de forma que a educação passasse a ser uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Tal entendimento possibilitou que cada ação fosse pensada de forma mais ampla, sendo elas:

1. Palestra com docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - mensalmente os professores realizavam palestras na escola e abriam espaço para que os estudantes pudessem fazer questionamentos;
2. Leitura de textos relacionados ao tema em estudo- os estudantes realizaram leitura de textos e em formato de roda de conversa compartilhavam suas compreensões acerca do tema.
3. Discussões acerca de questões da localidade - emprego, renda familiar, situação de vulnerabilidade e outros. As discussões eram feitas a partir das falas dos estudantes e instigados a pensar nas possíveis causas, consequências e soluções.
4. Gravação de podcast - os estudantes gravaram podcast na sala de tecnologia debatendo o tema.
5. Atividades lúdicas e práticas com os discentes como estímulo a criação alternativas a problemas inerentes aos ODS.
6. Visitas à Câmara de Vereadores e prefeitura Municipal de Paranaíba - os estudantes realizaram a visita, conversaram com vereadores, secretários e prefeito, onde os mesmos puderam fazer questionamentos sobre questões ligadas aos ODS relacionadas com a gestão do município.

Na sequência descrevemos algumas atividades desenvolvidas nesse percurso desta abordagem de intervenção.

Atividades e ações desenvolvidas:

1. Apresentação e discussão temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS de 01 a 04). Local: UEMS.

Imagem 1. Apresentação com docentes de universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 2. Participação dos estudantes na apresentação dos objetivos



Fonte: Arquivo pessoal.

A imagem 1 e 2, acima registra a palestra com o professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, onde foi apresentado um panorama geral do projeto e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. No contexto de apresentação dos ODS, o professor em questão destacou sobre os objetivos da agenda 2030, onde se pretende chegar e o que almeja alcançar cada país membro da ONU, como o Brasil. As metas também foram debatidas juntamente com abordagem de conceitos. Nesse sentido, essa

ação atende o que a Unesco sugeriu como Objetivos de Aprendizagem Cognitiva, apresentada na tabela 1, página 60. Na sequência, outros professores debateram inicialmente outros objetivos com uma discussão com os estudantes sobre. Além disso, houve uma fala com os estudantes sobre questões indígenas e sobre direitos em geral da população. Objetivou-se nessa ação trazer elementos que as habilidades das ciências humanas trazem no currículo e também na aprendizagem cognitiva sugerida pela UNESCO. Esse primeiro momento do projeto visa essa apropriação conceitual, munir o estudante de conhecimentos e elementos que o capacite para entender o contexto dos ODS e sua dimensão.

Imagem 3. Apresentação e discussão temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS de 05 a 08), Local: UEMS.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 4. Apresentação e discussão temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS de 09 a 12), Local: UEMS.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 5. Apresentação e discussão temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS de 13 a 17), Local: UEMS e na Escola Manuel Garcia Leal.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 6. Evento de encerramento e de resultados de campo, coleta de dados e percepções sobre os ODSs Avaliação do projeto pelos alunos e professores e apresentação do relatório final.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 7. Visitações a órgãos públicos e entidades para diálogo e sugestões dos alunos para atingir os objetivos e metas do ODS.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 8. Visita na Câmara de Vereadores de Paranaíba- MS



Fonte: Arquivo pessoal.

Dando sequência nesta exposição, nas imagens 7 e 8, os discentes fizeram uma visita à Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Paranaíba na data de 06 de novembro de 2024. Nessa visita foi possível dialogar com os estudantes sobre a importância do poder legislativo e executivo ter conhecimento de pautas relacionadas a questões debatidas e propostas na Agenda 2030. O objetivo dessa ação foi propiciar conhecimento de como funciona esses poderes no município e terem uma percepção de como vereadores, prefeito e demais autoridades que compõem a administração pública da cidade entendem, debatem e se posicionam frente a estas questões.

Os estudantes foram orientados previamente a buscar um diálogo tranquilo e respeitoso com os representantes da população que os receberiam, contudo, foram orientados também a analisar a fala de cada um quanto a questões ligadas ao meio ambiente, inclusão, empoderamento da mulher, erradicação da extrema pobreza entre outros temas, considerando que essa ação aconteceu após palestras, reuniões e estudos sobre os ODS e Agenda 2030. Após visita, foi realizado um debate em sala de aula no sentido de avaliar o comprometimento de cada político nessas questões. Esse debate possibilitou fazer inferências quanto a importância de escolher representantes que são alinhados com essas causas, ou pelo menos, não as renegam. Tema delicado para discutir em sala de aula, porém necessário, principalmente com o aporte do que diz as habilidades da BNCC e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul nas áreas de ciências humanas já citadas neste capítulo. Essa discussão mostra a importância da sociologia debater o tema com base no que foi discutido no capítulo 2, o desenvolvimento da

sociedade e suas relações com esse desenvolvimento frente a questões tão urgentes e necessárias postas na Agenda 2030.

O tema por si só é político, é conflituoso e corre o risco de recair em análises rasas, logo focar nos objetivos da pesquisa, que em linhas gerais é fazer uma intervenção de modo que conduza os estudantes a terem aprendizagem cognitiva conceituais sobre o tema, aprendizagem socioemocional e comportamental frente ao tema, foi um desafio, considerando que o espaço escolar, é político, porém sem bandeiras partidárias e o tema muitas vezes recai em questões de posicionamento de um lado político. Contudo, as discussões foram ricas e apresentou um movimento evolutivo na argumentação e sensibilização dos discentes quanto ao tema.

Em outro momento do ano letivo foi trabalhado uma das habilidades previstas no conteúdo pedagógica da escola sob o código MS.EM.13CHS103, segundo a qual o estudante deve “elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). Nessa habilidade é sugerido pelo referencial curricular do Estado que discuta questões da propriedade privada, terra e território e questões ambientais sob abordagens marxistas, estruturalistas, funcionalistas e críticas. Vale lembrar que Sociologia não tem no currículo do Estado habilidades específicas, o ensino pauta-se sobre as habilidades da área de humanas.

O trabalho com a habilidade MS.EM.13CHS103 possibilitou uma discussão que englobasse os objetivos 2, 10 e 16, os quais versam sobre agricultura sustentável, redução de desigualdade social e justiça e igualdade. Nesse ponto cabe ressaltar a colaboração da Sociologia enquanto ferramenta para trabalhar os ODS no sentido da ampliação dos temas, das discussões e da provocação em compreender os mecanismos que provocam desigualdade, marginalidade, insustentabilidade e outros fatores oriundos do desenvolvimento.

A intervenção que deseja realizar nesse processo é no individual de cada estudante de forma que reflita no coletivo. Ao desenvolver o projeto junto a pesquisa de intervenção, o produto esperado é instrumentar o estudante quanto a argumentos, conhecimento e atitudes que mostre que ele compreendeu os mecanismos que movem a sociedade, o desenvolvimento em si e suas consequências na vida de todos. O estudante

precisa entender que a atitude dele de não jogar lixo em lugares indevidos, policiar sua forma de consumo e até mesmo optar por usar produtos de empresa que defende e fazem uso de práticas pautadas na sustentabilidade têm efeito naquilo que espera alcançar enquanto sociedade inclusiva e sustentável, porém, o seu conhecimento, sua posição, atitudes e participação frente a debates que envolvem poderes e políticas têm efeitos expressivos. Não se construirá uma sociedade sustentável, justa, inclusa, segura e igualitária sem conhecimento e participação política. O trabalho com os ODS na sociologia abre um vasto campo para essas discussões e por consequência, aprendizados que modificam, que refletem na sociedade.

Na imagem 9 e 10 é mostrado um dia de aula de sociologia no anfiteatro, seguido de produções de cartazes pelos estudantes. A cada discussão e estudo sobre os ODS, os estudantes são motivados a produzir algo, que pode ser na escrita, desenhos ou mesmo uma roda de conversa. Essas produções e o discurso de cada estudante são elementos que permitem uma avaliação do processo, daquilo que pretende atingir na pesquisa. É na análise dos conceitos trazidos em cartazes, textos e argumentos no discurso, que sinaliza até que ponto essa intervenção consegue fazer com que o estudante mude seu olhar, entendimento e participação nos processos sociais de forma que reflita em mudanças.

Imagem 9. Estudo dos ODS



Fonte: Arquivo pessoal.

Na sequência, outra foto para ilustrar o ambiente de trabalho envolvendo os estudantes nesta prática de intervenção.

Imagem 10. Estudo dos ODS



Fonte: Arquivo pessoal.

A imagem 10 apresenta o resultado de um processo que seria a primeira etapa do projeto. Os estudantes se mobilizaram para elaborar o folheto informativo da primeira Reunião do Projeto. Para chegar no produto final, eles discutiram e tomaram decisões de como seria o contexto do folheto. Nesse processo foi possível avaliar o envolvimento da turma, de como o aprendizado estaria acontecendo e principalmente a tomada de consciência e sensibilização frente ao tema. A princípio foi discutido se colocariam textos e fotos ou somente fotos. Essas discussões foram conduzidas pelos próprios estudantes no sentido de os deixarem tomarem as decisões. Optaram por colocarem somente fotos e numa ação posterior, que seria o PodCast, trariam conteúdos.

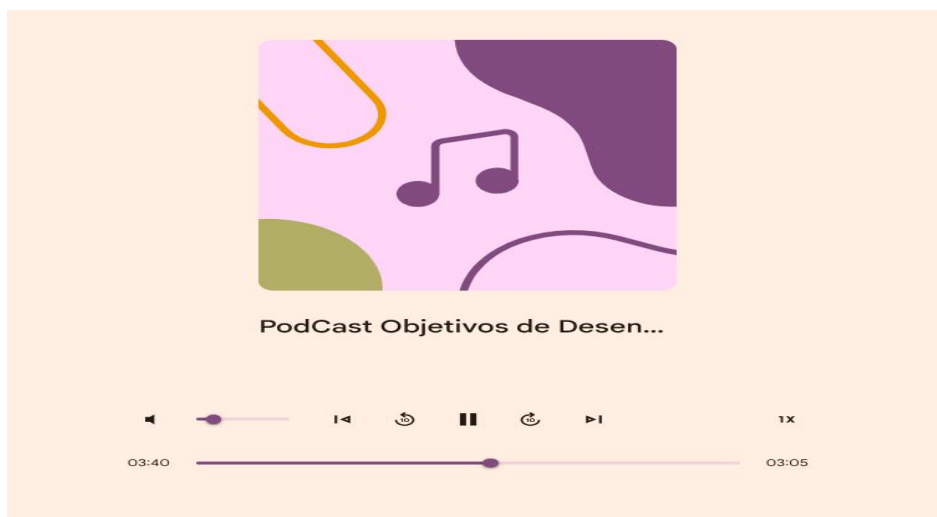
Imagem 11. Mosaico: folheto informativo sobre a 1ª Reunião com os estudantes do Projeto Agente Estudantil do Milênio.



Fonte: Arquivo pessoal

A imagem 8, abaixo, apresenta a capa do PodCast. Essa ação demandou um tempo maior, pois foi necessário produzir todo um conteúdo para ser apresentado. Foi realizado uma escolha de quais temas seriam apresentados, de que forma o diálogo seria estabelecido, os estudantes que participariam no podcast. Nesse processo de organização e produção, o protagonismo dos alunos foi estimulado e é uma ferramenta que o torna participativo e expande as possibilidades de aprendizagem sobre aquilo que pretende desenvolver em cada estudante. Após debates, os estudantes montaram o conteúdo trazendo perguntas e respostas sobre o que seriam os ODS e sua importância para o mundo. Foi apresentado também alguns objetivos e metas.

Imsgm 12 – Capa do PodCast



Fonte: Elaborado pelo autor.

A cada ação realizada, eu como professor avaliava se o nível de envolvimento dos estudantes, o teor de suas falas e argumentações sinalizavam que este aprendizado teria condições de interferir em ações futuras dos mesmos. Em alguns momentos foi pedido aos estudantes que escrevessem sobre a ação que foi desenvolvida e quais seus aprendizados. Essas produções foram instrumentos de avaliação, pois embora os estudantes, em sua grande maioria, têm dificuldades em escrever textos, foi observado o entendimento deles sobre cada assunto discutido. Por exemplo, na visita a Câmara de Vereadores e Prefeitura, o foco foi observar se eles entenderam que essa relação de poder está relacionada com várias questões relacionadas aos ODS e que a relação de poder inclui eles como coautores do processo de gestão.

3.6.1 Breve relato da intervenção nas atividades de sala de aula

Em diálogo com a proposta de intervenção apresentada, vale considerar o esforço de diálogo deste conteúdo com as disciplinas, em especial, com a disciplina de sociologia. Na mesma e, nas demais, como a disciplina de história nossa opção foi de inter-relacionar os conteúdos previstos no planejamento de aulas com os pontos relativos ao projeto. Desta forma, entre outras técnicas de envolvimento dos alunos, optou-se em alguns casos de adotar a prática de seminários de discussão. Também, usamos vídeos específicos para fortalecer o debate e assimilação do conteúdo.

Todos os fatores aqui aludidos são factíveis por vários motivos. Dentre os quais, do fato dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, apresentar um diálogo interdisciplinar com diferentes disciplinas. O que torna seu uso prático e de fácil

assimilação. Dessa forma, espera-se e se constatou, que o conteúdo proposto como intervenção pedagógica foi efetivo, sobretudo, diante as avaliações aplicadas.

Estes aspectos, de modo geral, sublinham a efetividade da proposta que pode ser uma forma de produzir melhores resultados no processo educacional de aprendizagem dos estudantes. Ou seja, foi possível observar e analisar que os resultados alcançados pela prática são significativos, mas que podem ser ampliados, inclusive no que tange a outros enfoques.

Neste capítulo, tentamos mostrar que a pesquisa em si pode auxiliar os estudantes em muitos pontos. O percurso não foi linear e nem a compreensão foi de imediato. O desafio era juntar todos elementos que subsidiaram a pesquisa, o Projeto Pedagógico da escola, Base nacional Comum Curricular e Currículo de Mato Grosso do Sul somado às orientações voltadas a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, alinhadas com o perfil da clientela da escola e resultasse numa ação transformadora. Pode-se afirmar que todo ensino busca transformar o estudante, coloca-lo numa situação de compreensão da realidade, de raciocínio, do manusear de fatos e ideias e de posicionamento crítico frente às demandas do mundo atual, logo o trabalho com esse objetivo direcionado aos ODS precisou ser desenhado e definido no que seria o diferencial, o algo a mais nessa transformação.

Durante o percurso da pesquisa, observar o desenvolvimento e o conhecimento agregado no discurso e na postura de cada estudante foi o balizador para que cada ação surtisse em novas atitudes. Essa observação é que possibilita o constante avaliar e acrescentar elementos que faça o trabalho com os ODS ter o diferencial. Objetiva-se formar cidadãos conscientes e participativos, porém com a visão de acreditar que o mundo pode ser melhor de maneira sustentável, mais inclusiva e sem deixar pessoas marginalizadas no processo. Que o desenvolvimento seja entendido como ação promotora de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos os debates sobre o desenvolvimento sustentável foi observado alguns conhecimentos trazidos pelos estudantes de forma muito limitada, mas que no decorrer do processo foram modificados. O tema Desenvolvimento Sustentável era de pouca compreensão deles e se limitava a pensar em algo voltado unicamente ao meio ambiente e não na relação do homem com o meio, de forma que gere inclusão, segurança em vários âmbitos e desenvolvimento pessoal. Eles entendiam sobre a temática como algo para garantir proteção exclusivamente ao meio ambiente enquanto elementos da natureza (flora, fauna, rios, etc).

Observou também que os estudantes tinham resistência em se incluírem como sujeitos desse processo, tanto como pessoas que estão dentro da faixa populacional que visa ser atingida pelas metas como também como pessoas que precisam estar ciente das políticas voltadas a atender a Agenda 2030. Havia uma alienação quanto a essas questões. Os debates foram essenciais para que quebrasse essa resistência.

Embora o trabalho foi expressivo, foi notável o envolvimento deles e mudança no modo de pensar sobre as questões abordadas, foi observado que apenas o componente curricular de sociologia promovendo essas discussões, a nível de provocar transformação é insuficiente, seria necessário o trabalho conjunto com outros componentes curriculares como prevê o Projeto Pedagógico da escola.

O projeto continua em desenvolvimento na escola, pois foi de grande valia nas transformações no modo de pensar dos estudantes, agregando novos conhecimentos e com certeza, gerando modificações nos valores do cidadão que estão se formando.

Ao trabalhar com os ODS no componente curricular de sociologia foi necessário uma pesquisa maior sobre documentos relacionados com o contexto escolar - Projeto Político Pedagógico da escola, Currículo de referência de Mato Grosso do Sul, BNCC e outras legislações e também uma análise detalhada sobre as orientações da UNESCO quanto aos objetivos de aprendizagem direcionados aos ODS e a implementação de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, bem como entender os meios e métodos que possibilitaria uma pesquisa de intervenção. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é uma pauta específica, não é um conteúdo específico de nenhuma área do conhecimento, logo a análise buscou identificar nesses documentos, um alinhamento que

possibilitasse esse estudo dentro de Sociologia, pautada no que foi discutido sobre desenvolvimento.

Considerando que o desenvolvimento é o conjunto de transformações que conduz a sociedade a novos comportamentos e condições econômicas, políticas, culturais e outras, a intervenção pretendida nesse contexto é no sujeito. Até que ponto cada cidadão tem consciência e conhecimento desse conjunto de transformações e os reflexos nas relações estabelecidas dentro de uma sociedade? Até que ponto cada cidadão tem o sentimento de pertença desse conjunto de transformações e relações sociais? A cada discussão sobre um objetivo dos ODS, acontecia um esforço de promover discursos e argumentos que causasse o efeito de fazer cada estudante sentir-se parte dessa composição de relações sociais, do desenvolvimento em si.

Quando mencionado sobre o ODS 1, que versa sobre a Erradicação da pobreza, o desafio era levar os estudantes a entender a dimensão política, econômica e social envolvida nessa esfera e ao mesmo entender sua participação nisso. Acabar com a pobreza no mundo é algo considerado por eles tão utópico, tão imaginário e tão impossível, assim como eles acreditam que o seu papel nesse cenário é oferecer um prato de comida a quem tem fome. São duas visões extremistas, a primeira provoca o comodismo, a inércia frente ao problema e a segunda não altera o quadro da pobreza, é apenas um ato louvável de caridade.

Argumentar, posicionar, promover consciência, agir individual e coletivamente e tomada de decisões são pontos destacados nas habilidades 7 e 10 do currículo. Nessa análise, a sociologia intervém para além de um aprendizado sobre os mecanismos da sociedade, ela intervém no sentido de cada estudante compreender que seu conhecimento precisa gerar posicionamento, é esse posicionamento que tem possibilidade de fazer a erradicação da pobreza ser pauta de lugares e ambientes que decidem e interferem no desenvolvimento social. Essa compreensão precisa gerar o sentimento que erradicar a pobreza é possível, é muito além de oferecer uma prato de comida, é um problema na esfera que eu pertença, logo, é problema de todos e o posicionamento de todos é que pode fazer esse objetivo ser atingido, deixar de ser utopia, imaginário.

Contudo, gerar essa consciência pode ser também com outros temas que não seja especificamente com o trabalho dos ODS e Agenda 2030, então qual diferença faz usar esse tema para desenvolver essas habilidades? Ao desenvolver esse nível de consciência, seguido de posicionamento perante o conhecimento dos ODS e Agenda 2030, há um

gigantesco ganho de consciência da coletividade, da capacidade de entender que ao a sociedade desenvolver, há necessidade de caminhar para uma busca de sustentabilidade que garanta qualidade de vida nos dias atuais e nos futuros, que há necessidade de incluir todos, que há um projeto de um mundo melhor e esse projeto é real, é possível de acontecer.

Nesse sentido, a sociologia, por meio da pesquisa de intervenção, precisa fazer intervenções no aprendizado para que as mudanças coletivas aconteçam. É fundamental que cada cidadão entenda que pequenas atitudes podem sim melhorar seu espaço de vivência, porém, para que aconteçam grandes mudanças que reflitam em realidades da sociedade, é preciso o debate, a argumentação, o posicionamento e participação politizada em temas como pobreza, preservação do meio ambiente, inclusão e outros.

Então entender os ODS e Agenda 2030 como processos políticos, econômicos, sociais e ambientais é uma premissa para que o trabalho resulte em modificação do pensamento, da interação e do agir. É importante ressaltar mais uma vez que os ODS e Agenda 2030 não conteúdo integrado dentro de um componente curricular, mas a BNCC, o currículo de Mato Grosso do Sul alinhado com o Projeto Pedagógico da Escola trazem que tipo de aprendizado e consciência deve ser atingida por meio do desenvolvimentos de habilidades. Os ODS abre um leque de temas que casam com o ensino da sociologia do desenvolvimento, contudo foi observado a ausência de diretrizes ou orientações da Secretaria de Estado de Educação para os professores darem atenção a essa temática no ensino das ciências humanas.

Embora a UNESCO já tem por décadas produzidos orientações e material para a educação, nota-se que no ambiente escolar esse material não tem protagonismo. O manual produzido pela UNESCO sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável não foi encontrado no acervo da escola e nem uma divulgação do link que disponibilizaria. Na sociedade poucas pessoas têm conhecimento sobre a Agenda 2030 e sobre os ODS e as poucas pessoas que tem esse conhecimento tem a mesma percepção observada nos estudantes, ou seja, algo utópico, distante e impossível de acontecer frente a conjecturas políticas tão solidificadas.

Não há dúvida que é na intervenção pedagógica que esse tema pode se propagar, mas não de maneira rasa, mas sim com o posicionamento, a busca do debate político, social e econômico frente ao desenvolvimento da sociedade. Nesse percurso, não há dúvidas que o conhecimento modifica, agrega e transforma tanto o professor quanto os

estudantes envolvidos. A educação que discute e volta seus objetivos para uma educação inclusiva e de sustentabilidade deve tornar-se uma realidade e não uma ação paralela dentro do ambiente educacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010> . Acesso em 10/05/2025.

AKKARI, A. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017.

BRANDÃO, A. C. TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2012. 2ª ed. Editora da Unicamp. Campinas, SP.

BRASIL. Resolução n.02 de 15 de junho de 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2017.

BUENO, Z. P.; CARNIEL, F. O Ensino de Sociologia e os seus Públicos. Universidade Estadual de Maringá (UEM). 2018. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 144, p.671-685, jul.-set., 2018.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA, N. J.. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 24, p.39-56,jul./dez. 2011.Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21528/17079>. Acesso em: 02 abril 2025.

CASTRO, M. H. M.; LEITE, E. M. Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios. 2066. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3062>. Acesso em 05/05/2025.

CORRÊA, Darcísio; BACKES, Elton Gilberto. Desenvolvimento sustentável: em busca de novos fundamentos. In: SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; PAVIANI, Jayme. Direito Ambiental: um olhar para a cidadania e sustentabilidade planetária. Caxias do Sul: Educs, 2006. p. 83–114.

DAMIANI, M. F.; ROCHEFORT, R.S.; CASTRO, R. F.; DARIZ, M. R.; PINHEIRO, S.S. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. 2017. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPe. Pelotas, RS.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Apresentação: organização multilaterais, redes de governança e políticas educacionais. Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis- SC. 2019. v. 44 n. 3. Disponível em <https://periodicos.unoesc.edu.br> acesso em 03/02/2025.

FRIAS, J. M.. A relação entre equidade intergeracional e desenvolvimento sustentável. In: BEJAMIN, Antônio Herman et alia (orgs.). Congresso Brasileiro de Direito Ambiental - PNMA: 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. v. 1. p. 367-376.

IPEA. Repositório do Conhecimento.Livro: Brasil o estado de uma nação- capítulo 03: Educação, conquistas e desafios, p. 121-228. 2006.

MATO GROSSO DO SUL. Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, 2018. Campo Grande- MS

MATOS, R. A.; ROVELLA, S. B. Caribé. Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: conceitos em evolução. Revista Eletrônica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário UniOpet, nº 3, Jan/Jul 2010. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>>. Acesso em 11/03/2025

MOCHZUKI, Y.; FADEEVA, Z. Competências para o Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: importâncias e desafios para a EDS. Revista INTERFACEHS - v.6, n.1. 2006. Disponível em <https://www3.sp.senac.br/> . Acesso em 25/04/2025.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011 359 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em 24/04/2025.

NOVAES, Washington. Agenda 21: um modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 323-331.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2ª ed. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PIMENTEL, G.S.R. O Brasil e os desafios da Educação e dos Educadores na Agenda 2030 da ONU. Rev. Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa Brasília/DF, v. 1, n. 3, Núm. Esp. p. 22 - 33 – ANO 2019

SATO, E. A Agenda Internacional Depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 43, n.1, 2000, p. 138-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf> . Acesso em: 04 maio 2020.

UNESCO. Educação para os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de Aprendizagem. 2017. Disponível em <https://aprendizagemcriativa.org/> . Acesso em 25/04/2025.

SILVA, M. A., ANDRADE, M. D. A. S., FERREIRA, N. S. R.. Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica Revista Brasileira de Educação v. 27 e270120 2022.

STECANELLA, L. M.; OLSSON, G.. Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia: um olhar nos caminhos da Agenda 2030 da ONU. 8 JOURNAL OF INSTITUTIONAL STUDIES 3 (2022) Revista Estudos Institucionais, v.8, n.3, p. 378-397, set./dez. 2022.

VARGAS, F. B.; O ENSINO DA SOCIOLOGIA: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). 2011. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/> . Acesso em 24/04/2025.

Anexos:

ANEXO 1. Atividade

PROJETO DE EXTENSÃO: AGENTE ESTUDANTIL DO MILÊNIO AGENDA 2030, AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO

“Sem deixar ninguém para trás”

Atividade prática
voltadas as disciplinas de Sociologia e história e filosofia
Escola Manoel Garcia
Coordenador local: Professor João Gilberto da Fonseca

Obs. Leia com atenção antes da realização e apresentação desta atividade prática que visa contribuir com o seu conteúdo formativo.

Etapa 1. Primeiramente escolha de apenas 2 (dois) geral abaixo:

ODS-1. Pôr fim à pobreza em todas sus formas em todo o mundo.

ODS-2. Pôr fim à fome, garantir segurança alimentícia e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. ODS-3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

ODS-4. Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizado durante toda a vida para todos.

ODS-5. Atingir a igualdade entre os gêneros e empoderar a todas as mulheres e jovens.

ODS-6. Garantir a disponibilidade de água e sua gestão sustentável e o saneamento básico para todos. ODS-7. Garantir o acesso à energia elétrica, segura, sustentável e moderna para todos.

ODS-8. Fomentar o crescimento econômico sustentável e inclusivo, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todos.

ODS-9. Desenvolver infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

ODS-10. Reduzir a desigualdade nos e entre os países.

ODS-11. Garantir que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

ODS-12. Garantir modalidades de consumo e produção sustentáveis.

ODS-13. Adotar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus efeitos.

ODS-14. Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para atingir o desenvolvimento sustentável.

ODS-15. Gerenciar sustentavelmente as florestas, lutar contra o desmatamento, deter e reverter a degradação das terras e evitar a perda de biodiversidade.

ODS-16. Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

ODS-17. Revitalizar a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Etapa 2. Considerando sua escolha anterior, agora faça uma entrevista com até 4 (quatro) vizinhos ou familiares com mais idade do que você sobre como eles avaliam a importância da superação dos objetivos escolhidos. Exemplo: o estudante escolheu o Objetivo 4- Garantir educação inclusiva. Ele ou ela deve perguntar a 4 pessoas qual importância de incluir mais pessoas nas salas de aula, na escola ou em todas as formas de educação. Porque isso é ou seria importante?

Etapa 3. O aluno deve escrever todas as respostas dos entrevistados no papel (sem o nome de quem respondeu), apresentar ao professor e a turma fazendo uma tentativa ligação dos objetivos escolhidos e das respostas com conteúdo discutido na disciplina do professor João Gilberto.

OBS. Esta atividade é importante para fixação do conteúdo e será útil para fase de visitas onde vocês poderão falar com autoridades sobre pontos que são importantes para melhora do mundo em que vivemos e principalmente da nossa cidade de Paranaíba – MS.